

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**FRIEDRICH RENÊ WEBER**

**A FORMAÇÃO DO ESTADO ALEMÃO E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA  
BISMARCKIANO DE ALIANÇAS:  
DO CONGRESSO DE VIENA AO SURGIMENTO DE UMA POTÊNCIA  
CONTESTADORA**

**Porto Alegre**

**2013**

**FRIEDRICH RENÊ WEBER**

**A FORMAÇÃO DO ESTADO ALEMÃO E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA  
BISMARCKIANO DE ALIANÇAS:  
DO CONGRESSO DE VIENA AO SURGIMENTO DE UMA POTÊNCIA  
CONTESTADORA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

**Porto Alegre**

**2013**

**FRIEDRICH RENÉ WEBER**

**A FORMAÇÃO DO ESTADO ALEMÃO E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA  
BISMARCKIANO DE ALIANÇAS:  
DO CONGRESSO DE VIENA AO SURGIMENTO DE UMA POTÊNCIA  
CONTESTADORA**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, 13 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Sonia Maria Ranincheski  
UFRGS

---

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha família. Especialmente a meu pai, que desde cedo me instigou a buscar conhecimento deixando a impressão que sabia de tudo e é um exemplo no qual me espelho. A minha mãe, pela disciplina e responsabilidade exigidas, cujas cobranças me fazem uma pessoa melhor. E a minha irmã, cuja inabalável fé em que “no final vai dar tudo certo” sempre esteve presente. Em conjunto, me fizeram acreditar empiricamente na existência de um ambiente familiar pacífico, harmônico e amoroso. Obrigado.

Agradeço também a meus amigos, os senhores Fernandes, Anesi e demais integrantes da Suprema Corte dos Nove. Minha formação é em boa parte devida a eles. Os senhores Romanzini, Parmeggiani, Nascimento, Armange, Destro, Franceschette, Endebo, Grezzana, Parreira e Bresolin também contribuíram, em maior ou menor medida, para a consecução do presente trabalho.

Por fim, agradeço a todos os professores e servidores da universidade que me acompanharam nesses anos de estudos. Seu trabalho na formação dos jovens estudantes das relações internacionais é admirável. Especialmente ao professor José Miguel, cuja afinidade intelectual mostrou-se avassaladora, e a minha orientadora, professora Analúcia, pelo devido direcionamento da pesquisa.

## RESUMO

O presente trabalho contempla a formação do Estado alemão, desde o Congresso de Viena até a construção do sistema bismarckiano de alianças. Perpassa as revoluções de 1848, inseridas no dualismo austro-prussiano e na existência da União Aduaneira, equivalente econômico da Confederação Germânica, sem a Áustria. É dada atenção especial a figura de Otto von Bismarck, chanceler e artífice da unificação alemã. Sob sua liderança, a Prússia travou três guerras contra seus vizinhos, isoladamente, de modo a forjar a unificação alemã sem a interferência de potências estrangeiras. Na última delas, o preço da fundação do *Reich* foi o sentimento de revanche e vingança francês, após uma vitória avassaladora que derrubou Napoleão III do poder e coroou Guilherme I Kaiser do Império Alemão. Em seguida, são analisadas as circunstâncias para cada uma das alianças feitas com as demais potências europeias a fim de evitar uma coligação revanchista francesa, na busca da construção de um sistema de alianças defensivo.

**Palavras-chave:** Confederação Germânica. Otto von Bismarck. Unificação alemã. *Realpolitik*. Sistema bismarckiano.

## ABSTRACT

This essay shows the formation of the German state since the Viena Congress till the construction of the Bismarckian system of alliances. It shows the revolutions of 1848 inside the auto-prussian dualism and in the existence of a respective customs union, the economic equivalent of the German Confederation, without Austria. It presents and gives special attention to the character of Otto von Bismarck, chancellor and idealist of the german unification. Under his leadership, Prussia fought separately three wars against its neighborhoods in order to forge the German unification without the intervention of foreign powers. In the last conflict, the price of the Reich's foundation was a feeling of french revenge against Germany, after a great victory that took Napoleon III out of the power and made William I Kaiser of the German Empire. After, it will be analyzed the circumstances of each alliance done with others European powers, in order to avoid a revenge by a French colligation and to look forward to the construction of a defensive alliance system.

**Keywords:** German Confederation. Otto von Bismarck. German unification. *Realpolitik*. Bismarckian system.

**LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – A Confederação Germânica.....	10
Mapa 2 – A União Aduaneira.....	13
Mapa 3 – Os Ducados teuto-dinamarqueses.....	28
Mapa 4 – A Confederação da Alemanha do Norte.....	36
Mapa 5 – O Império Alemão.....	41
Mapa 6 – O sistema Bismarckiano de alianças.....	43

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 A EUROPA CENTRAL PÓS-CONGRESSO DE VIENA.....</b>	<b>10</b>
2.1 A <i>Deutscher Bund</i> (Confederação Germânica).....	10
2.2 A <i>Zollverein</i> (União Aduaneira).....	13
2.3 A <i>Bundesversammlung</i> (Assembleia Federal).....	16
2.4 As Revoluções de 1848 e suas implicações.....	17
2.5 Considerações Parciais.....	22
<b>3 AS GUERRAS DE UNIFICAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
3.1 A nomeação de Bismarck para a Assembleia Federal.....	23
3.2 A Questão de Schleswig e Holstein.....	27
3.3 A Questão Austríaca.....	31
3.4 A guerra com a França e a fundação do Reich.....	37
3.5 Considerações Parciais.....	41
<b>4 A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA BISMARCKIANO DE ALIANÇAS.....</b>	<b>43</b>
4.1 Acordo dos Três Imperadores ( <i>Dreikaiserabkommen</i> ).....	44
4.2 Dupla Aliança ( <i>Zweibund</i> ).....	45
4.3 Tripla Aliança ( <i>Dreibund</i> ).....	47
4.4 Tríplice Aliança.....	49
4.5 O Tratado de Resseguro ( <i>Rückversicherungsvertrag</i> ).....	50
4.6 Consideração Parciais.....	52
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade expor as origens da unificação alemã, ocorrida em 1871, e a construção do sistema bismarckiano de alianças. Partindo da fundação da Confederação Germânica, ao fim do Congresso de Viena, observa-se a situação precária dos Estados alemães após as Guerras Napoleônicas. Também é dada a devida atenção à configuração política dessa Confederação, substituta do Sacro-Império Romano Germânico. Amortizada pela criação da União Aduaneira, essa precariedade dos Estados alemães, representada pela insatisfação popular, explodiu nas Revoluções de 1848. Nesse momento surgiam as primeiras manifestações relevantes, inclusive governamentais, a respeito de uma unificação germânica. Porém ainda não era o momento para realizar a união política dos Estados alemães, acabando a revolução por ser suprimida e voltando-se ao *status quo ante*.

Nessa época surge a figura de Otto von Bismarck, futuro chanceler do Império Alemão. Designado a ser o delegado prussiano na Assembleia Federal da Confederação Germânica, Bismarck passa a representar a mudança de postura prussiana frente aos austríacos. O crescente poderio econômico prussiano dava-lhe cada vez mais autoridade para contestar os austríacos, e a partir de então foi crescendo o atrito que culminou na guerra entre as duas monarquias, na década seguinte.

Chamado ao cargo de ministro-presidente da Prússia em meio a uma crise constitucional, Bismarck consolidou a posição conservadora no governo prussiano. Em seguida, aproveitou as circunstâncias para granjear contínuo aumento de poder prussiano, através da guerra contra a Dinamarca, participando de uma coalizão com a Áustria. Dois anos depois, levaria a cabo uma guerra contra a Áustria, substituindo a Confederação Germânica pela Confederação da Alemanha do Norte, da qual apenas Baden, Württemberg, a Baviera e a Áustria não faziam parte. Isso já colocava a Prússia como a maior entre as duas potências germânicas, mas Bismarck ainda se aproveitaria de uma tensão franco-prussiana para, através de outra guerra, unificar os Estados alemães “a ferro e sangue”.

Por fim, serão expostos os sucessivos tratados firmados com a Áustria-Hungria, com a Rússia e mesmo com a Itália, buscando sempre manter a França isolada politicamente. O chanceler alemão teve de lidar com fortes tensões a fim de concluir os acordos, especialmente quanto ao crescente conflito entre as monarquias Habsburg e Romanov na região dos Bálcãs. Quando não foi mais possível uma conciliação entre a Áustria-Hungria e a Rússia, Bismarck não hesitou em firmar acordos em separado. Mesmo beirando a contradição, o objetivo

principal de criar um sistema de alianças defensivo foi bem sucedido enquanto ele se manteve no cargo de chanceler do Império Alemão.

O presente estudo parte da premissa de mudança na ordem internacional em decorrência da unificação alemã, processo cujas origens podem ser identificadas logo após as revoluções de 1848. Nesse sentido, esse fenômeno da unificação traz consigo a consolidação econômica da Alemanha, com o aumento das exportações e concessão de empréstimos a seus vizinhos durante pleno desenvolvimento de sua indústria. Mesmo seguindo uma política defensiva, Bismarck não pôde evitar o crescimento da influência alemã para além de seus vizinhos imediatos. Nesse sentido, esse novo polo de poder redefiniu as relações internacionais, especialmente no âmbito regional europeu. Para tanto, utilizar-se-á de fontes secundárias e terciárias para basicamente auxiliar na continuidade cronológica da narrativa, mas também de fontes primárias visando ilustrar de modo mais exato a real intenção das personalidades envolvidas nas tomadas de decisão.

A obra constituir-se-á de três capítulos. O primeiro capítulo, de tom mais introdutório, visa contextualizar a região central europeia após as Guerras Napoleônicas. O segundo capítulo tratará da entrada em cena de Otto Von Bismarck e a condução da política externa da Prússia em meio a três guerras. Por fim, o terceiro capítulo abordará a formação do sistema de alianças bismarckiano, de caráter exclusivamente defensivo.

A escolha do tema é justificada a partir da importância que o estudo de caso possui. É relevante tanto para as relações internacionais quanto historicamente, pois aborda a formação de um novo Estado no seio da Europa, implicando em consequências diretas a todos seus vizinhos. O exame da construção do sistema de alianças possibilita perceber a clara noção do perigo de envolver o novo ente político em uma guerra de duas frentes, cujo resultado hoje bem o sabemos. Por fim, a importância da Alemanha atual também empresta legitimidade à escolha do tema, frente à posição ocupada pelo país ainda hoje na geopolítica regional, assim como na União Europeia.

## 2 A EUROPA CENTRAL PÓS-CONGRESSO DE VIENA

Nesse primeiro capítulo contextualizar-se-á a situação dos Estados alemães após o Congresso de Viena. Para tanto, serão abordados a constituição da Confederação Germânica, a União Aduaneira e as Revoluções de 1848, evento catalisador das aspirações nacionais germânicas.

### 2.1 A Confederação Germânica (*Deutscher Bund*)

Mapa 1 - A Confederação Germânica



Fonte: DEUTSCHER..., ([2013?]).

A Confederação Germânica foi criada através do *Deutsche Bundesakte* (DEUTSCHE..., 1815), em 8 de junho de 1815. Seguindo o princípio do Congresso de Viena, substituiu o Sacro Império Romano Germânico de 350 Estados por uma entidade política híbrida de 39 Estados, onde se buscou atender a “dois princípios, um moral e jurídico, o da legitimidade, outro puramente prático, o do equilíbrio de poder” (DUROSELLE, 1976, p. 4). Dessa forma, o mapa da Europa como um todo foi simplificado, em detrimento dos Estados menores. A Polônia, por exemplo, não teve seus direitos como Estado independente seriamente considerados, assim como os principados eclesiásticos alemães e as repúblicas aristocráticas de Veneza e de Gênova, na Itália, onde a legitimidade não era hereditária (DUROSELLE, 1976).

Dos 39 Estados que a Confederação comportava, quatro eram *freie Reichsstädte*, cidades imperiais livres: Hamburg, Lübeck, Bremen e Frankfurt sobre o Meno - esta última onde se davam as reuniões para as deliberações da *Bundesversammlung*, a Dieta ou Assembleia Federal. O peso principal na Confederação era dado pelo Império Austríaco, representado pelo seu arquiteto e líder, Klemens Wenzel von Metternich (KENT, 1982). Não obstante, o Reino da Prússia, com os ganhos territoriais cuja finalidade seria formar uma barreira contra a França (KENT, 1982, p. 5) na Renânia e Sarre, regiões ricas em carvão que futuramente solavancariam a sua revolução industrial, aumentou seu poder relativo e tornou-se a segunda potência da Confederação, passando, assim, a exercer um dualismo com a Áustria dos Habsburgs que caracterizou as sessões da Assembleia durante todo o período. Os reinos da Baviera, Hannover, Württemberg e o grão-ducado de Baden formavam a chamada Terceira Alemanha, grupo que em importância vinha imediatamente após Prússia e Áustria na hierarquia da Confederação. Completando os membros, temos o reino da Saxônia, o eleitorado de Churhessen, o grão-ducado de Hessen, o ducado de Holstein, o grão-ducado de Luxemburgo, o grão-ducado e ducados das casas saxônicas, os ducados de Braunschweig e de Nassau, os grão-ducados de Mecklenburg-Schwerin e Mecklenburg-Strelitz, o ducado de Holstein, o grão-ducado de Oldenburg, o ducado de Anhalt, os ducados de Schwarzburg, o principado de Hohenzollern, o principado de Lichtenstein, o principado de Reuß, os principados de Schaumburg-Lippe e Lippe e o principado de Waldeck<sup>1</sup>.

Dentre esses Estados, um fato ajudava a Confederação a ter problemas basilares: três membros possuíam estrangeiros como príncipes regentes. Holstein pertencia à Dinamarca, e Luxemburgo e Hannover configuravam uniões pessoais com os soberanos da Holanda e

---

<sup>1</sup> Procurou-se seguir a ordem dos Estados constante no ato fundador da Confederação.

Inglaterra, respectivamente. Dessa forma, essa constituição frouxa e não homogênea faz Hans Erich Stier, historiador alemão, caracterizar a Confederação com a seguinte frase: “*Die Künstlichkeit dieser neuen Schöpfung war kaum noch zu überbieten*” (STIER, 1958, p. 745). Ou seja, “a artificialidade dessa nova criação era quase impossível de ser superada”. Com isto, o autor busca demonstrar que a nova entidade política pouco tinha de natural. Intentava recriar o Sacro Império costurando uma colcha de retalhos, com a novidade de que agora cada retalho teria voz que poderia ser ouvida na Assembleia. Mesmo com o artigo 5º do ato de criação instituindo a presidência austríaca nas reuniões da Assembleia Nacional, alegoricamente em substituição ao cargo do imperador, ainda faltava a figura central com poder efetivo para tomar as decisões e fazê-las serem seguidas pelos súditos. Embora o Sacro Império não tenha tido tal definição e envergadura, já se fazia sentir mais uma vez a vontade de união germânica em um só Estado.

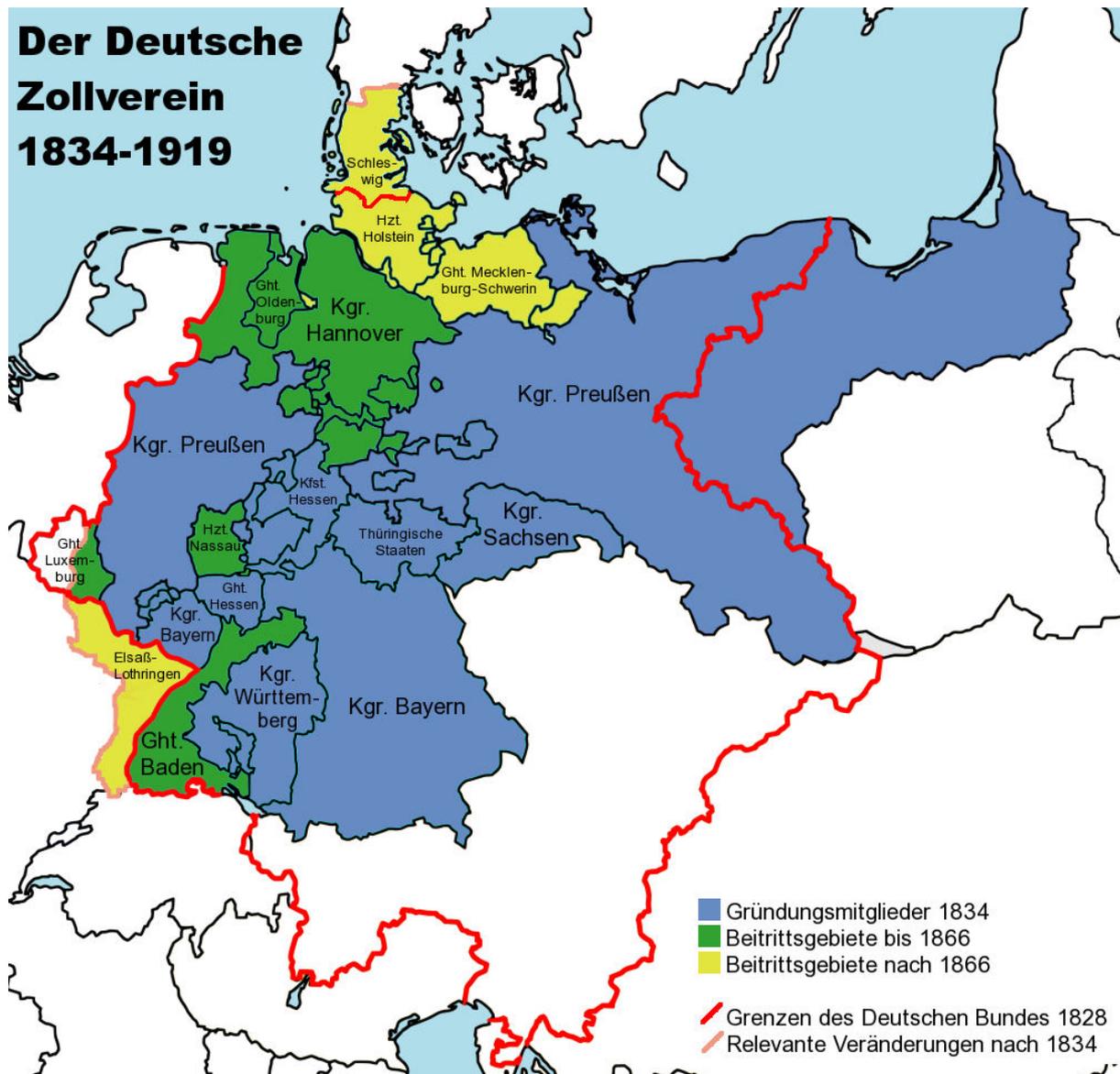
Geograficamente, a Confederação Germânica compreendia boa parte da população europeia de língua alemã. Estendia-se do ducado de Holstein, ao norte, na fronteira com a Dinamarca, até a península de Ístria, no Mar Adriático, atual Croácia. Perpassava as fronteiras com a Holanda, Bélgica, França, Suíça e o reino Lombardo-Veneziano, do lado ocidental, e com o Império Russo, do lado oriental – o Congresso da Polônia, formado em 1815 em união pessoal com a Rússia, perdeu sua constituição e tornou-se província russa após o levante de 1830/31 (KONGREBPOLEN, 1962, p. 453). No entanto, a parte eslava do Império Austríaco e as regiões orientais do Reino da Prússia estavam de fora da Confederação. Somente após 1851 as províncias prussianas de Posen, Prússia Ocidental e Prússia Oriental foram incorporadas à Confederação, quando então ela atingiu sua expansão máxima. Além disso, pode-se salientar que a Confederação tinha saída para o Mar do Norte, para o Mar Báltico e também para o Mar Adriático, possibilitando acesso indireto ao Oceano Atlântico e Mar Mediterrâneo. Características que poderiam transformar-se facilmente em vantagens comerciais, caso a *Zollverein* – União Aduaneira – abrangesse todos os membros. Ou seja, esse grande bloco no seio da Europa Central servia de ligação entre o mundo eslavo e a Europa Ocidental. Assim, era de uma importância geopolítica extremamente forte no contexto europeu pós-Congresso de Viena. Esses fatos endossam a posição de Stier a respeito da artificialidade dessa nova criação, uma vez que a integração dos Estados membros ainda era muito fraca e alguns eram regidos por líderes estrangeiros.

Outrossim, a Europa Central sempre foi uma região que sofreu pressão de fora para dentro, desde a criação do sistema de Estados moderno, com a paz de Westfália, em 1648. Mantendo a região politicamente separada, os demais Estados, já constituídos nacionalmente,

puderam exercer grande influência sobre os herdeiros da devastação da guerra. Dessa forma, após a unificação alemã, em 1871, a região abandonou sua fragilidade política e passou a exercer pressão para fora, constituindo-se como uma potência contestadora na ordem internacional (KISSINGER, 1994).

## 2.2 A Zollverein (União Aduaneira)

Mapa 2 - A União Aduaneira



Fonte: DEUTSCHER..., ([2013?]).

A assertiva de Knowles define bem a situação econômica alemã após as guerras napoleônicas: “A Alemanha era puramente agrícola, dividida por uma infinidade de barreiras

aduaneiras internas e servida por más estradas. Era um país muito pobre com pouco ou nenhum capital” (KNOWLES, 1947, p. 15). A partir disto, compreende-se os esforços prussianos, “desde 1818, em abolir as barreiras alfandegárias internas da Alemanha por meio da união aduaneira que, pela primeira vez, tomou forma definida em 1834” (KNOWLES, 1947, p. 23). Embora o acordo precisasse ser renovado após doze anos, é com ele que a Alemanha passa a se constituir como algo parecido com uma entidade econômica e um Estado moderno.

A *Zollverein*, União Aduaneira, tinha por objetivo inicial nos seus oito primeiros anos a criação de um espaço econômico alemão unificado, um mercado comum com tarifas alfandegárias contra terceiros Estados, exteriores a ela, e a renúncia a tarifas internas entre os membros. Nesse sentido, para ilustrar a “tremenda confusão na vida econômica” da Alemanha, uma das reformas de maior importância adotadas após a implementação da União procurou uniformizar o sistema de cunhagem dos pesos e medidas, facilitando o sistema de trocas até então estigmatizado por cada pequeno Estado ter suas próprias leis. A quase totalidade dos chamados bancos, entretanto, logo em seguida anunciou a sua falência iminente, dado que se fazia proveito do sistema vigente para lucrar, basicamente, através da troca de dinheiro. Essa situação permitiu que o sistema bancário na Alemanha fosse organizado após a guerra de 1870 com a finalidade especial de prestar auxílio direto ao desenvolvimento industrial e ao comércio (KNOWLES, 1947, p. 210). Dessa forma, “[a Alemanha,] devido a todos estes factores [sic], era ainda, nos fins do século XIX, um grande país agrícola e, simultaneamente, o segundo dos grandes países industriais da Europa” (KNOWLES, 1947, p. 42).

Outro fato marcante da União Aduaneira era a ausência do Império Austríaco. A Prússia financiou a União como um modo de garantir uma associação de livre comércio que compreendesse toda a Alemanha fora dos domínios dos Habsburgs dirigida a partir de Berlim (PALMER, 1982, p. 27). Essa configuração quase foi atingida, dado que muitos Estados germânicos já de início aderiram à União Aduaneira. Ela foi completada com a adesão de Baden, Nassau e Frankfurt em 1836, com Luxemburgo, Braunschweig e Lippe em 1842 e com Hannover e Oldenburg em 1854. Nota-se que mesmo o grão-ducado de Luxemburgo, província holandesa, e Hannover, nessa época já um reino independente, mas ainda governado por um monarca inglês, foram admitidos na União Aduaneira. Isso demonstra que os Hohenzollern claramente queriam os austríacos fora da União, a despeito do que teriam a ganhar comercialmente com sua adesão, de modo que a Prússia não tivesse também de lidar com a Áustria na conferência aduaneira, realizada anualmente. Isso exigiu discussões e

argumentos habilidosos por parte dos delegados prussianos na Assembleia Federal, nas várias vezes em que os austríacos solicitaram sua entrada na União. Dessa forma, a Áustria permaneceu excluída da União Aduaneira e a Prússia pôde ficar livre para agir sem restrições dentro da mesma.

Assim, a Prússia conduziu seu desenvolvimento de modo a consolidar-se como o Estado germânico mais importante economicamente, liderando os demais Estados na União Aduaneira. Tal feito surgiu como resultado de modernizações iniciadas ainda no período napoleônico. Dentre elas, houve uma reforma na educação, com a fundação de novas universidades (a Universidade Humboldt de Berlim, por exemplo), a unificação dos territórios prussianos sob uma tarifa reduzida para o exterior e liberdade comercial interna, a liberação dos trabalhadores do regime de servidão, a abolição das restrições das guildas permitindo a livre escolha de profissões, e reformas legislativas e na administração municipal (KNOWLES, 1947, p. 216). Dentre essas, as reformas envolvendo o sistema de guildas e da administração municipal foram as mais importantes.

As guildas funcionavam como associações de pequenos mestres cuja função seria zelar pela atividade industrial. Além de regular a indústria, sua principal responsabilidade era a instrução de aprendizes, dentre outras funções sociais, como auxílio a membros doentes e resolver o problema do desemprego. Entretanto, o caráter de corporação fechada, com limite de membros, indústria e ofícios, restringindo a entrada de novos aprendizes, contribuiu negativamente para o desenvolvimento em larga escala da indústria alemã. A opinião pública oscilava entre a necessidade da guilda com função social e sua superfluidade, apostando em resultados melhores com maior liberdade industrial. Curiosamente, após a reforma, passou-se a dar novamente crédito às guildas, visto que elas tinham sido reorganizadas como instrumentos de política do Estado (KNOWLES, 1947, p. 217).

Mas mesmo tendo continuado com sua configuração antiga rígida até meados de 1845, na Prússia, e 1860, no resto da Alemanha, as guildas pouco mudariam caso tivessem sido substituídas por uma instituição de liberdade industrial maior. Esse fato explica-se pela situação alemã pós-guerras napoleônicas, muito desfavorável economicamente. Não houve aumento do número de pequenos patrões nem desenvolvimento de novas fábricas, donde ninguém empenhava-se na abolição daquelas instituições (KNOWLES, 1947, p. 218).

Dessa forma, a formação da *Zollverein* foi permeada por movimentos buscando maior liberdade tanto como por reclamações de pequenos patrões, que argumentavam positivamente a respeito das guildas. Segundo eles, as guildas os protegeriam do capitalismo no que concernia à concorrência desenfreada, como ocorria na França e Inglaterra. Mas quando se

revelaram as características gerais de uma revolução industrial, no período de 1850-1860, com o progresso do sistema de fábricas e das estradas de ferro, manifestou-se uma crise entre os trabalhadores manuais. Com a melhora no sistema de transportes, as mercadorias tornaram-se mais acessíveis, já chegando prontas ao consumidor. Isso levou a uma espécie de marginalização do pequeno trabalhador manual, com a loja substituindo seu local de trabalho em casa. (KNOWLES, 1947, p. 218).

Assim, após a revolução de 1848, as dificuldades sentidas pelo trabalhador manual fizeram com que as guildas adquirissem novamente importância. Desta vez, porém, com algumas mudanças. Voltava a ser obrigatória a filiação para o exercício da profissão, mas agora os burocratas não tinham tanto poder. Qualquer um podia matricular-se, desde que pagando a taxa de entrada. Além disso, a existência das próprias guildas passou a ser consentida, criando-se Conselhos da Indústria para fiscalizá-las (KNOWLES, 1947, p. 219).

A outra reforma relevante, na administração municipal, também envolveu as guildas. Elas tinham o domínio das cidades, excluindo a maioria dos cidadãos. Com as municipalidades seguindo princípios de governo autônomo, o governo aproximava-se do que se pode chamar de incompetente. Abolindo então esse sistema de casta, deu-se lugar à iniciativa individual, ao mesmo tempo em que o sistema de tributação local passou a ser menos opressivo (KNOWLES, 1947, p. 219).

“Nestas reformas, a Prússia indicou o caminho ao resto da Alemanha, embora este fôsse [sic] vagaroso em segui-la” (KNOWLES, 1947, p. 220). Com isto, podemos extrair que a liderança econômica alemã foi exercida pela Prússia, a despeito de ser observado um avanço muito gradual e lento nesse processo. Faltava mercado interno, operários treinados e inclusive capital para grandes obras e empreendimentos. Mas mesmo sofrendo com a concorrência de produtos franceses e ingleses feitos a máquina, as reformas e a União Aduaneira foram suficientes para que a revolução industrial fincasse raízes na Alemanha e, assim, ela estivesse preparada para o grande desenvolvimento realizado após sua unificação (KNOWLES, 1947, p. 220).

### **2.3 A *Bundesversammlung* (Assembleia Federal)**

A Assembleia de Frankfurt era o órgão único da Confederação Germânica e tomava lugar no Palais Thurn und Taxis, onde se reuniam os deputados plenipotenciários nomeados pelos Estados membros (DUROSELLE, 1976). Conforme a determinação do *Deutsche*

*Bundesakte*, a voz de cada Estado possuía um peso diferente. Dessa forma, o Império Austríaco e os cinco reinos (Prússia, Saxônia, Baviera, Hannover e Württemberg) possuíam o equivalente a quatro vezes cada um. O grão-ducado de Baden, o eleitorado e o grão-ducado de Hessen, o ducado de Holstein e o grão-ducado de Luxemburgo possuíam três vezes cada. O ducado de Braunschweig, o grão-ducado de Mecklenburg-Schwerin e o ducado de Nassau, duas vezes cada. Os demais 24 pequenos Estados contavam com uma voz cada um, totalizando 69 vozes ao todo (DEUTSCHE..., 1815). Era de competência da Assembleia a posição tomada em união pelos membros perante assuntos internos e externos, especialmente no que concernia a missões militares conjuntas (BUNDESVERSAMMLUNG, 1953, p. 451).

O dualismo exercido entre Prússia e Áustria, entretanto, era mais comedido até as Revoluções de 1848, quando a Assembleia foi suspensa por dois anos. Até esse momento, “a relação entre a Prússia e a Áustria na Dieta de Frankfurt [...] tinha sido cordial, pois a Prússia reconhecia, sem reservas, a supremacia da Áustria” (KENT, 1976, p. 27). Contudo, as Revoluções de 1848 e suas implicações mudaram para sempre a postura entre os dois Estados, especialmente após a nomeação de Otto von Bismarck para ser o representante prussiano na Assembleia Federal. A partir desse momento, meros detalhes já passaram a ser motivos para crises, onde o luteranismo prussiano opunha-se ao catolicismo austríaco.

## **2.4 As Revoluções de 1848 e suas implicações**

Na Europa Central, os levantes começaram após as notícias do sucesso da revolução na França terem chegado a Berlim e Viena, entre fevereiro e março de 1848. Mas diferenciando-se do caso francês, a revolução na Áustria, Prússia e demais Estados germânicos foi permeada por um complicador: o nacionalismo. Este, ao mesmo tempo em que ameaçava dissolver o Império Austríaco, procurava unificar os Estados alemães (KENT, 1982, p. 15).

Convergindo com o que Knowles defende, Kent aponta que o liberalismo, por sua vez, acompanhava de perto os anseios revolucionários e era apoiado principalmente por membros das classes profissionais e mercantis. Com raízes na Revolução Francesa de 1789 e ideais do parlamento inglês, ganhou força no pensamento de homens que haviam enriquecido nas últimas décadas e percebiam não ter seu poder econômico devidamente correspondido e representado pelo poder político. Dentre suas reivindicações, “advogavam uma monarquia constitucional representativa e limitada, a abolição dos resquícios do sistema feudal,

igualdade perante a lei, extensão do direito de voto às classes de proprietários e liberdade de pensamento, de expressão e de associação” (KENT, 1982, p. 15).

Porém suas aspirações não se davam apenas no campo político, mas também no econômico. Queriam a abolição das restrições e regulamentos do sistema mercantilista, liberdade de movimentos para homens e bens, revogação dos pedágios internos de estradas e rios, uniformidade de moeda, pesos e medidas e uma lei comum para o comércio. Alguns desses pontos a União Aduaneira já havia acordado entre seus membros, mas, conforme sua natureza, precisaria ser renovada quando findo seu prazo de validade. Notadamente, ambos os campos, político e econômico, complementavam-se. Em um Estado politicamente unido, as reivindicações econômicas seriam naturais e mesmo óbvias, fazendo com que a força do discurso revolucionário caísse justamente sobre o nacionalismo germânico (KENT, 1982, p. 15).

Por outro lado, esse espírito calcado no *laissez-faire*<sup>2</sup> desagradou os trabalhadores que sofriam com as condições de trabalho crescentemente desumanas nas fábricas e minas. Ao mesmo tempo em que se argumentava pela não interferência do governo em assuntos financeiros e comerciais, percebia-se as ações no campo do bem-estar social como negativas. Nesse sentido, havia oposição quanto a qualquer legislação contemplando o trabalho de menores ou a diminuição da jornada de trabalho. Favorecia-se, porém, a liberdade de contrato e a abolição das leis contra a usura, que tentavam fixar uma taxa de juros baixa (KENT, 1982, p. 16).

O sucesso inicial dos movimentos, contudo, pode ser delegado mais à inépcia das autoridades do que pela força proveniente das ruas. Ainda em março, o rei prussiano Frederico Guilherme IV, após ignorar conselhos de seus generais para refugiar-se em Potsdam e ordenar reprimir duramente os protestos, mandara o general von Radowitz como delegado a Viena, afim de elaborar com Metternich uma reforma da Confederação Germânica. A treze de março, quando os dois ainda discutiam sobre o novo projeto, a revolução em Viena conseguiu sua maior conquista. Após trinta e nove anos no cargo, Metternich foi obrigado a renunciar e partir para o exílio. Como consequência, o imperador Fernando I também teve de abdicar em favor de seu sobrinho, Francisco José (PALMER, 1982, p. 33-34).

---

<sup>2</sup> O termo *laissez-faire* é normalmente creditado a J. C. M. Vincent de Gournay, comerciante francês, ao exclamar para a pleora de regulamentos e barreiras internas: “laissez faire, morbleu, laissez passer, le monde va de lui-même!” Seu sentido está ligado com a doutrina e tendência política contrária a qualquer interferência estatal na economia (KENT, 1982, p. 24).

Em Berlim, a notícia da exoneração de Metternich aumentou a tensão nas ruas, fazendo o rei reconvocar a Dieta Unida<sup>3</sup>, falando em uma constituição prussiana e reformulação completa da Confederação Germânica. Entretanto, o choque causado entre militares e manifestantes nos festejos dessas declarações levou o rei a, surpreendentemente, retirar as tropas da cidade (PALMER, 1982, p. 34-35).

Tal atitude levou a classe *junker*<sup>4</sup> e a oficialidade do Exército a considerar o rei como refém dos revolucionários. Temendo uma revolução de proporções cada vez maiores e buscando também certo protagonismo, Bismarck teve conversas particulares com o herdeiro do trono e outras figuras importantes da corte, além de tentar falar com o rei pessoalmente, utilizando-se de um malgrado disfarce para passar pela guarda miliciana do palácio. Nenhuma de suas ações surtiu efeito e, dois dias após sua malfadada audiência com o rei, o mesmo chegava a Potsdam. Agradeceu a seus oficiais pela lealdade no cumprimento das ordens durante as lutas da semana anterior mas, quando externou a confiança que tinha em seus “bons berlinenses”, referindo-se aos revolucionários, ““ouviu-se, então”, escreveu Bismarck, anos depois, ‘um tal murmúrio de irritação e um ruído de sabres nas bainhas como jamais um Rei da Prússia escutou no meio de seus oficiais, e espero que jamais venha a escutar de novo’” (PALMER, 1982, p. 36-37).

Segundo Palmer, os ímpetus revolucionários de 1848 tiveram basicamente dois objetivos: um “governo representativo em cada um dos Estados germânicos; e a criação de uma Alemanha federal unificada, de caráter liberal” (PALMER, 1982, p. 38). Assim, com o sucesso inicial da revolução na Europa Central, “foi convocada uma assembleia de representantes de regiões de todo o país, em Frankfurt, a fim de preparar eleições para um parlamento nacional, que, por sua vez, elaborasse uma constituição e organizasse um governo para a Alemanha unificada” (KENT, 1982, p. 18). Esse parlamento preliminar “[...]”

---

<sup>3</sup> A *Vereinigte Landtag* (Dieta Unida) foi convocada pela primeira vez em abril de 1847, quando o Estado prussiano precisou de dinheiro para uma nova ferrovia. Segundo um édito real do tempo de seu pai, Frederico Guilherme IV era obrigado a conseguir o consentimento das províncias do reino para levantar um empréstimo público. Dessa forma, a Dieta composta das oito assembleias provinciais prussianas reuniu-se com o fim de discutir a respeito do empréstimo para a ferrovia até Königsberg. No entanto, os liberais presentes aproveitaram para trazer à tona a questão da constituição, prometida várias vezes pelo último monarca. Com a posição final de que só aprovaria o empréstimo após o rei honrar o compromisso da constituição prometida por seu pai, a Dieta foi dissolvida dois meses após sua convocação. Por conta de um acaso (a doença de um dos representantes de Magdeburg na Dieta Unida), aparece em cena pela primeira vez no contexto político prussiano Otto von Bismarck, futuro chanceler. Reconhecidamente conservador, não tardou em ser rotulado como o tormento do líder liberal na Dieta, Georg von Vincke, dado seus discursos acalorados e por vezes imprudentes. Sua postura causou tal sensação que resultou inclusive em um desafio para duelo. (PALMER, 1982, p. 28-29)

<sup>4</sup> Os *junkers* (do alemão medieval *jung herr*, jovem senhor) eram descendentes dos cavaleiros teutônicos, primeiros povoadores germânicos de terras eslavas a leste do rio Elba, em meados da Idade Média. Constituíam-se em uma classe da nobreza, embora jamais tivessem tido a influência, riqueza e posição social correspondente da aristocracia na Europa Ocidental ou de domínio dos Habsburgos.

recomendou que os delegados ao parlamento nacional fossem eleitos por sufrágio universal e direto” (KENT, 1982, p. 18). Mas os Estados ignoraram tal recomendação e enviaram delegados eleitos por membros das classes abastadas, em sua maioria liberais sem fervor revolucionário, mas ansiosos por realizar a unificação germânica.

Assim surgira o Parlamento de Frankfurt, em substituição à Assembleia Federal. Sua primeira reunião deu-se a 18 de maio de 1848, na igreja de São Paulo, onde teve as funções da Assembleia transferidas para sua responsabilidade. Os debates envolveram principalmente os temas do projeto de uma constituição federal, além do estabelecimento de processos parlamentares, direitos fundamentais e a organização de um executivo provisório (KENT, 1982, p. 18).

Contudo, faltava ao Parlamento o mesmo poder executivo para fazer cumprir suas leis e decretos, problema este com o qual podemos traçar um paralelo atual, dado que a Organização das Nações Unidas partilha do mesmo defeito. Assim, além de aparentemente discutir conceitos teóricos inúteis, o Parlamento viu-se minimizado quando a Prússia e a Áustria readquiriram seu poderio militar e recusaram-se a colocar seus exércitos sob a liderança do arquiduque João, executivo eleito pelo Parlamento (KENT, 1982, p. 19). No caso prussiano em específico, a intenção do Parlamento de colocar as forças militares sob um único comandante, além de causar um desentendimento com a Dieta Unida, alarmou o rei. Ter suas prerrogativas militares postas em cheque não o agradava nem um pouco, o que fez com que os liberais, tanto em Berlim como em Frankfurt, caíssem no seu desgosto (PALMER, 1982, p. 40).

Por fim, em maio de 1849 o Parlamento de Frankfurt foi dissolvido. Sua tarefa já fora acabada em março, quando “advogava um estado federal com uma monarquia constitucional, um parlamento bicameral (os membros da câmara baixa eleitos pelo voto universal, direto e secreto; metade da câmara alta escolhida pelos governos dos estados e metade pelas câmaras inferiores das legislaturas estaduais) e um supremo tribunal federal” (KENT, 1982, p. 20). O fato mais surpreendente, no entanto, envolve a coroa desse novo Estado. O Parlamento ofereceu-a a Frederico Guilherme IV da Prússia, a ser o mandante desse novo projeto de Estado germânico unificado. Contudo, o rei declinou da oferta. Apesar de ser oferecida uma coroa imperial, disse que seria uma humilhação submeter seu direito divino à concessão de um parlamento eleito. Além disso, Frederico Guilherme estava convicto “de que sua aceitação envolveria a Alemanha e possivelmente a Europa em guerra” (PALMER, 1982, p. 20, 25). Notadamente, os austríacos não permaneceriam inertes frente a essa ameaça dentro de uma zona que, até então, fora de sua influência direta.

As causas do fracasso das revoluções de 1848, como um todo, são várias, mas podemos apontar direções que tiveram mais relevância no malogro dos movimentos. É o caso de considerar a situação econômica dos anos 1830/1840. O número de pobres, nessa época, aumentou muito. As safras ruins levaram à alta dos alimentos, que aliada ao crescente desemprego e queda dos salários, levou a motins. Entretanto, devemos considerar que a insatisfação era reinante muito mais na cidade, justamente onde começaram e se mantiveram os movimentos, do que no campo. Mal ou bem, o camponês continuava conseguindo se manter, enquanto o operário estava entregue ao desejo do dono da fábrica. Assim, “a pergunta a ser feita aos radicais dos países subdesenvolvidos não era se deviam buscar uma aliança com o campesinato, mas se a conseguiriam” (HOBSBAWM, 2010, p. 206-207). Ou seja, dado que essa aliança não saiu do campo das ideias, tendo permanecido, de modo geral, o campesinato do lado dos senhores de terra, os movimentos foram, pouco a pouco, perdendo força. Como o próprio Bismarck identificou, “o povo [...] não se inclinava pela revolução, o ‘inimigo’ era a burguesia” (KENT, 1982, p. 22).

Com o Parlamento de Frankfurt dissolvido, houve, ainda no ano de 1849, uma tensão envolvendo Prússia e Áustria. Os austríacos, envolvidos em operações militares de supressão dos revoltosos na Hungria, tiveram sua supremacia ameaçada pela Prússia (PALMER, 1982, p. 43). A Dieta Unida de Berlim também debatia sobre uma unificação germânica, mas o rei retrocedeu quando, além da Áustria, a Rússia também travou as pretensões prussianas. Agindo como mediador, o czar Nicolau I decidiu pelo restabelecimento da ordem anterior às revoluções (PALMER, 1982, p. 45).

Assim, no verão de 1850 a Assembleia Federal da Confederação Germânica foi restabelecida, em um primeiro momento apenas pela Áustria e demais Estados alemães menores. Não podendo omitir-se, a Prússia enviou seu delegado no ano seguinte.

Antes disso, Bismarck discursara na Dieta Unida prussiana em favor da decisão real, que acabou por evitar um confronto direto com a Áustria. Defendendo “a honra da Prússia, [...] em sua abstenção, sobretudo, contra qualquer união vergonhosa com a democracia” (KENT, 1982, p. 23), caiu na graça de sua majestade. Esse discurso teve fundamental importância para, junto com sua habilidade diplomática, ser nomeado como o próximo representante prussiano na Assembleia Federal da Confederação Germânica.

## 2.5 Considerações Parciais

A nomeação de Otto von Bismarck para o cargo de delegado prussiano na Assembleia Federal teve fortes implicações. A partir desse momento, a Prússia abandonou seu tácito consentimento quanto à supremacia austríaca na Confederação Germânica e passou a agir mais pró-ativamente, buscando ser também protagonista nos debates e decisões.

Nesse sentido, podemos identificar que a figura de Bismarck foi fundamental para a mudança de posição prussiana na Assembleia. Com discursos arrogantes e por vezes intervenções impertinentes, marcou as sessões com sua presença. Desde o começo, viu o representante austríaco como um par, e não um superior. Isso causou sensação na imprensa e repercussões políticas que, pouco a pouco, desde já mudariam a política externa prussiana.

Dessa forma, observa-se que a Prússia começava a galgar espaço maior no jogo político germânico. Seu crescimento econômico deu respaldo a essa nova postura e crescente influência. Como será abordado no próximo capítulo, ela teve condições de, nas mãos habilidosas de seu chanceler, forjar a unificação alemã a “ferro e sangue”.

### 3 AS GUERRAS DE UNIFICAÇÃO

Este capítulo abordará um novo momento nas relações austro-prussianas, após as revoluções de 1848, e as guerras travadas pela Prússia que culminaram na unificação dos Estados alemães e fundação do *Reich*.

#### 3.1 A nomeação de Bismarck para a Assembleia Federal

O envio de Bismarck a Frankfurt não foi desprovido dos devidos cuidados e reflexões. Suas conhecidas posições conservadoras e quiçá demasiado radicais seriam um perigo para o bom entendimento reinante entre as duas potências germânicas até então. Assim, seus primeiros meses em Frankfurt, a partir de 11 de maio de 1851, foram acompanhados da presença do próximo enviado prussiano a São Petersburgo e antigo representante na Assembleia, Theodor Heinrich Rochus von Rochow. Essa determinação real teria por finalidade instruir Bismarck em suas novas funções, ao mesmo tempo em que inteirava-o “sobre as regras e convenções daquele congresso incomum de príncipes, para ter condições de compreendê-lo e dominá-lo” (PALMER, 1982, p. 49). Ou seja, buscava-se evitar uma quebra ou ruptura completa da política prussiana seguida até o momento.

Quando von Rochow dirigiu-se a seu novo posto em São Petersburgo, Bismarck passou a exercer a função de Ministro da Prússia para a Assembleia Federal de forma autônoma. Em seguida, na primeira semana de agosto, teve a oportunidade de fazer uma visita a Klemens von Metternich<sup>5</sup>. Mesmo no exílio, Metternich mantinha um vivo interesse em tudo que se passava no interior da Confederação Germânica, e seu encontro com Bismarck foi amigável e proveitoso a ambos. Nele, o velho Metternich aconselhou Bismarck “a fazer com que a Prússia se tornasse ‘um estado saciado’, pois somente assim ela seria capaz de compartilhar com a Áustria a séria responsabilidade de manter uma governança ordeira no continente” (PALMER, 1982, p. 51).

Entretanto, Bismarck encontrava-se em uma situação notadamente complicada na Assembleia Federal. A relação entre as duas potências germânicas mudara sensivelmente após 1848, pois tanto a Prússia como a Áustria apresentaram outra postura no retorno às reuniões

---

<sup>5</sup> Após três anos de exílio, Metternich esperava o momento mais oportuno para voltar a Viena, apesar de ter anunciado que não se envolveria mais em assuntos políticos. Com as modificações decorrentes das Revoluções de 1848, dentre elas sua exoneração do cargo de chanceler austríaco, seu interesse político tornava mandatário procurar conhecer o novo enviado do rei prussiano à Confederação Germânica (PALMER, 1982, p. 51).

da Assembleia. A Áustria desconfiava da Prússia quanto à intenção desta em unificar a Alemanha, procurando assim resistir e expandir o poderio austríaco na Confederação, ao passo que a Prússia determinou-se a conseguir a paridade com a Áustria e a liderança militar e econômica na Alemanha do Norte (KENT, 1982, p. 27).

Assim, Bismarck precisava equilibrar sua desconfiança para com os austríacos ao mesmo tempo em que evitava “que Berlim mostrasse fraqueza ou submissão para com a Áustria e simultaneamente desafiando-a mais energicamente do que lhe permitiam suas instruções” (KENT, 1982, p. 27). Em verdade, com o comportamento prussiano errático e vacilante durante as revoluções em 1848, “só o crescente poder econômico da Prússia permitia a Bismarck falar com autoridade na Dieta” (PALMER, 1982, p. 52).

Havia uma preocupação com a tendência dos Estados menores automaticamente apoiarem a Áustria, vista como paladina da ordem estabelecida, na larga maioria das questões na Assembleia. Então, a colaboração entre austríacos e prussianos deu-se inicialmente apenas no campo político da contra-revolução.

No campo econômico, nomeadamente a respeito da *Zollverein*, toda e qualquer iniciativa austríaca era sistematicamente barrada, de forma aberta ou velada. O estamento político prussiano compreendia que, caso a Áustria fosse incorporada à União Aduaneira, haveria perda de poder e influência prussianos. Não se permitiria tal jogada, o que acarretou em sucessivos confrontos entre os delegados de ambas representações, dentre eles o representativo “episódio do charuto”. Logo que Bismarck chegou a Frankfurt, descobriu que fumar na Assembleia era privilégio dos austríacos. Não obstante, na primeira oportunidade que viu o conde Thun<sup>6</sup>, representante austríaco, fumando, tratou de tirar um charuto do bolso também e ainda lhe pedir os fósforos. Essa atitude teve duas consequências principais, a saber, uma forte repercussão na imprensa e a observação dos representantes dos Estados menores de que a Prússia, alegoricamente, enfim passava a agir buscando paridade com a Áustria na Assembleia (PALMER, 1982, p. 52, KENT, 1982, p. 28).

Quando da eclosão da Guerra da Criméia, a Prússia inicialmente quis abster-se completamente de qualquer partido. Mas no segundo ano do conflito, revalidou um acordo defensivo com a Áustria, contrariando os conselhos de Bismarck. Para ele, a guerra era uma oportunidade para a Prússia já passar a agir como protagonista na competição diplomática européia. O envio do Exército à Alta Silésia ameaçaria tanto a Áustria como a Rússia de

---

<sup>6</sup> O conde Leopold von Thun und Hohenstein fora aconselhado pelo próprio Metternich a acertar-se com Bismarck: “se você não chegar a um entendimento com ele, então eu realmente não sei o que será” (PALMER, 1982, P. 51).

invasão, o que seria usado como um trunfo (PALMER, 1982, p. 55). Como aponta Kissinger, a posição austríaca na guerra possibilitou que, quebrada a Santa Aliança, Prússia e Rússia “fossem atrás de seus interesses nacionais sem constrangimentos” (KISSINGER, 1999, p. 99). Paradoxalmente, “sem ser essa a intenção de ninguém quando começou, foi precisamente a Guerra da Criméia que causou o colapso da ordem de Metternich, forjada com tanto esforço e cuidado no Congresso de Viena” (KISSINGER, 1999, p.107).

Sobre as acusações de atividades pró-Rússia ou pró-Áustria nessa época, Bismarck escreveu a seu amigo General Leopold von Gerlach, em 11 de maio de 1857:

*Ich habe damals auf die Frage, ob ich russisch oder westmächlich sei, stets geantwortet, ich bin preußisch, und mein Ideal für auswärtige Politiker ist die Vorurteilsfreiheit, die Unabhängigkeit der Entschlüsse von den Eindrücken der Abneigung oder der Vorliebe für fremde Staaten und deren Regenten.*<sup>7</sup> (BISMARCK, 1989, p. 124).

Nesse sucinto trecho fica claro o norte político de Bismarck a partir de então, fato que lhe valeu distanciar-se de von Gerlach ao não mais concordar completamente com os princípios políticos conservadores da classe *junker*. Nesse momento, pode-se identificar o início do cálculo de poder baseado no interesse nacional de Bismarck, a *Realpolitik*<sup>8</sup>.

Essa ausência de preconceito também para com a França quase pôs sua carreira no lixo, pois em vários momentos Bismarck dirigiu-se ao governo incitando-o a considerar uma aliança com os franceses. Em outubro de 1858, o rei Frederico Guilherme IV sofreu um derrame, vindo a falecer no começo do ano de 1861. Durante o período de regência que inaugurou uma chamada “*Neue Ära*” - “Nova Era” -, o irmão do rei, Príncipe Guilherme da Prússia, logo retirou Bismarck da Assembleia Federal, enviando-o como embaixador a São Petersburgo como parte do expurgo dos ultraconservadores da administração do Estado Prussiano. As posições políticas do *junker* lhe parecerem demasiado radicais, pois estariam ameaçando a Confederação Germânica (PALMER, 1982, p. 59-60). Tanto para ele,

<sup>7</sup> Eu sempre respondi naquele tempo, à pergunta se eu era russo ou ocidental, que sou prussiano, e que meu ideal de política externa é a liberdade [ausência] de todo preconceito, que as decisões deveriam parecer independentes de antipatia ou predileção por qualquer Estado e seus governantes.

<sup>8</sup> O conceito de *Realpolitik* foi cunhado por Ludwig von Rochau em uma obra datada de 1853. Também conhecida como “política do possível”, difere de uma pura política de interesse bem como de uma política de poder desrespeitosa. Refere-se mais a alcançar os limites do possível dentro de situações reais. É chamada de “oportunismo” por seus adversários. (REALPOLITIK, 1956, p. 577-578)

Guilherme, como para seus conselheiros, estava claro que Napoleão III era um usurpador completamente fora do princípio da legitimidade observado desde o Congresso de Viena, tendo tomado o trono francês através de um golpe. Além disso, a França era sempre vista com receio devido ao trauma deixado pelas Guerras Napoleônicas.

Sendo então posto “na geladeira” em São Petersburgo, Bismarck aceitou a formal promoção com desgosto, pois estaria afastado do centro das linhas de força da política européia. Mesmo assim, conseguiu nesse ínterim estreitar as relações russo-prussianas com seu apoio às políticas antipolonesas do czar. Quando Guilherme foi finalmente coroado rei, em outubro de 1861, alguns meses depois Bismarck foi designado como ministro prussiano em Paris (PALMER, 1982, p. 61, 69-71). Durante esse tempo, teve oportunidade de conhecer Lorde Parmelston e Benjamin Disraeli, o qual ainda anos depois lembrava da determinação de Bismarck em reformar o Exército, declarar guerra à Áustria e unificar a Alemanha sob liderança prussiana quando fosse nomeado primeiro-ministro - como o mais bem preparado do serviço diplomático para tal fim, já se antevia que ele seria “o próximo homem”. Nota-se assim que o crescente atrito com a Áustria já deixava transparecer a possibilidade de resolverem-se as coisas no campo de batalha (KENT, 1982, p. 34). Além disso, Bismarck solidificou sua impressão quanto a Napoleão III: “*Der Mann imponiert mir durchaus nicht*”<sup>9</sup> (BISMARCK, 1989, p. 123).

Mas a coroação de Guilherme trouxe consigo um agravamento da crise constitucional. Enquanto era incumbência do parlamento decidir sobre questões orçamentárias, conforme a constituição de 1848, ainda era prerrogativa real decidir sobre questões militares. Assim, criou-se um impasse quanto à imperativa reforma do Exército. Além do aumento do tempo de serviço militar de dois para três anos e do número do Exército permanente de 150000 para 220000 homens, estava em questão a relação entre as tropas regulares e a milícia, que desempenhara um importante papel nas Guerras Napoleônicas. Quando a dissolução do parlamento, novas eleições e a demissão do gabinete da *Neue Ära* não resolveram a crise com os liberais, o rei, crente de que a coroa prussiana lhe fora outorgada pela graça de Deus, chegou ao ponto de cogitar abdicar. Assim, em setembro de 1862, após tensa e franca conversa entre Guilherme e Bismarck, o rei decidiu-se pela nomeação do futuro chanceler de ferro (KENT, 1982, p. 38, 39 e 41).

---

<sup>9</sup> “O homem absolutamente não me impressiona.”

No primeiro discurso do novo ministro-presidente e ministro do Exterior à Comissão de Orçamento da Câmara, Bismarck deixou espaço para o improvisado, ação que cunhou a talvez mais famosa de suas expressões:

*[...] Preußen muß seine Kraft zusammenfassen und zusammenhalten auf den günstigen Augenblick, der schon einige Male verpaßt ist; Preußens Grenzen nach den Wiener Verträgen sind zu einem gesunden Staatsleben nicht günstig; nicht durch Reden und Majoritätsbeschlüsse werden die großen Fragen der Zeit entschieden - das ist der große Fehler von 1848 und 1849 gewesen -, sondern durch Eisen und Blut.*<sup>10</sup> (BISMARCK, 1989, p. 168-169)

A despeito de assustar liberais e conservadores fazendo estes pensarem que tinha anunciado o programa de ação de seu governo, não hesitou em transformar a Câmara Baixa do parlamento em pouco mais que uma assembleia consultiva no ano seguinte (PALMER, 1982, p. 81, 83). Assim, o apoio prussiano à supressão russa da revolta polonesa e o convencimento do rei Guilherme a não comparecer ao Congresso de Príncipes em Frankfurt - última tentativa austríaca de ingresso na União Aduaneira através de uma reforma da Confederação Germânica que sem a presença real pouco valor teve - foram sedimentando pouco a pouco o poder de Bismarck no governo, mesmo que às custas de exaltadas discussões com o rei (PALMER, 1982, p. 88, 89 e 91).

### **3.2 A Questão de Schleswig e Holstein**

Ainda em 1863, o rei Frederico VII, da Dinamarca, começaria uma manobra política que culminaria numa crise internacional e numa surpreendente aliança entre Áustria e Prússia, sem interferência militar das demais grandes potências. Conforme o Protocolo de Londres de 1852 - decorrente da agitação causada por um movimento nacionalista dinamarquês em querer anexar a região durante as Revoluções de 1848 e a forte reação popular na Alemanha -,

---

<sup>10</sup> A Prússia deve reunir suas forças e mantê-las prontas para o momento oportuno, que algumas vezes já passou; as fronteiras da Prússia depois dos Tratados de Viena não são favoráveis para a vida sadia de um Estado; não através de discursos e decisões da maioria os grandes problemas do nosso tempo serão resolvidos - esse foi o grande erro de 1848 e 1849 -, mas sim através de ferro e sangue.

Mapa 3 - Os Ducados teuto-dinamarqueses



Fonte: DEUTSCH-..., ([2013?])

Schleswig e Holstein<sup>11</sup> permaneceriam inseparáveis e em união pessoal com a coroa dinamarquesa. Mas quando o rei dinamarquês anunciou, por decreto real, a incorporação de

<sup>11</sup> No ducado de Holstein, a população era esmagadoramente alemã, ao passo que no ducado de Schleswig, a mesma qualidade era compartilhada apenas no sul de seu território. Esse problema só veio a ser resolvido com o fim da Primeira Grande Guerra, após plebiscito e senso realizado em 1920. Culminou com a divisão de Schleswig entre Dinamarca e Alemanha.

Schleswig e uma nova constituição para Holstein, a crise estava instaurada. As fortes repercussões oriundas das regiões germânicas fizeram-no adiar a ratificação da constituição única para o reino. Com a pressão decorrente disso, veio a falecer subitamente em 15 de novembro de 1863 (KENT, 1982, p. 51, PALMER, 1982, p. 92).

Com isso, surgiu o problema da sucessão. Frederico de Oldenburg era o último de sua estirpe e o herdeiro indicado foi o marido de uma prima sua, Cristiano de Glücksburg. Entretanto, a população alemã denegava direitos de herança passados pelo lado feminino, seguindo a lei sálica em vigor há séculos na região. Assim, o outro candidato ao trono era o Duque Frederico de Augustenburg. Quando Cristiano foi coroado e em seguida deu assentimento formal à nova constituição, Holstein recusou-se a jurar fidelidade ao novo rei e solicitou à Confederação Germânica, da qual era membro, que reconhecesse Frederico de Augustenburg como Duque de um Schleswig-Holstein independente (PALMER, 1982, p. 92).

Essa solução, porém, complicaria ainda mais a situação. Um Schleswig-Holstein independente, com fronteiras permeando o rio Elba e chegando até Hamburgo (ver mapa), poderia inclinar a balança interna da Confederação Germânica em favor da Áustria e atrapalhar, pela posição geográfica, o desenvolvimento comercial marítimo da Prússia, além de claramente acarretar na quebra do Protocolo de Londres, do qual tanto a Prússia como a Áustria eram signatárias. Assim, Bismarck, possuindo a iniciativa diplomática, resolveu tomar uma posição conjunta com a Áustria primando pelo respeito ao Protocolo de Londres, fato inédito até o momento, onde os austríacos seguiram em alta concordância uma política traçada por um prussiano (KENT, 1982, p. 51).

Ainda em outubro, a Assembleia Federal votou a favor de uma intervenção militar na Dinamarca, o que levou a tropas da Saxônia e de Hannover (curiosamente em união pessoal com a Inglaterra) invadirem Holstein a 24 de dezembro de 1863. Isso levou a uma postura mais clara e objetiva por parte das grandes potências. A Inglaterra, depois de prolongados debates, optou por primar pelo respeito ao Tratado de 1852, o que a impediu de auxiliar a Dinamarca após a nova constituição quebrar esse instrumento internacional. A Rússia ficou do lado da Prússia, graças ao apoio prussiano contra o levante polonês no mesmo ano. Por fim, a França também não tinha intenções de intervir, deixando transparecer que a anexação dos ducados pela Prússia seria bem vista caso houvesse alguma compensação territorial para ela ao longo do Reno (KENT, 1982, p. 52).

No mesmo dia em que a “Terceira Alemanha” tentava resolver as coisas sozinha, Bismarck enviou uma carta reprimindo o embaixador prussiano em Paris, o qual aconselhara

o rei a acatar a “exigência popular” e apoiar a causa de Frederico de Augustenburg. Nela, fica clara a política traçada:

*Unsre Stärkung kann nicht aus Kammern- und Preßpolitik, sondern nur aus waffenmäßiger Großmachtspolitik hervorgehn, und wir haben nicht nachhaltiger Kraft genug, um sie in falscher Front und für Phrasen und Augustenburg zu verpuffen*<sup>12</sup>. (BISMARCK, 1989, p. 189)

No começo do ano de 1864, a Prússia transportou para o plano da realidade a ideia supracitada de Bismarck ao invadir, conjuntamente com a Áustria, Schleswig. O rápido avanço culminou em uma conferência realizada em Londres no fim de abril, onde o rei Cristiano recusou as propostas de autonomia de Schleswig-Holstein.

As operações foram retomadas e quinze dias depois um novo governo pediu a paz, com os ducados sendo transformados em peões do tabuleiro alemão. Agora, era preciso resolver o que fazer com eles, enquanto a administração ficava provisoriamente com as duas potências germânicas. Sua anexação, por parte da Prússia, seria a saída mais simples e mesmo lógica desde o princípio, mas não haveria legitimidade em tal ato. Assim, teve início uma série de negociações entre austríacos e prussianos sobre a divisão do despojo de guerra. O conde von Rechberg, ministro do exterior da Áustria, teve sua proposta de ceder os ducados à Prússia em troca de apoio em futuros engajamentos contra a Itália, visando recuperar os territórios perdidos no norte desse país, recusada (PALMER, 1982, p. 94-99).

Mas habilidosamente, Bismarck já havia sugerido a um importante líder conservador prussiano fazer uma petição ao rei sobre anexar Schleswig-Holstein. Com 70000 assinaturas, essa petição exercia certa pressão nos bastidores das negociações pós-conflito. Nesse momento se deve, porém, refletir sobre as intenções de Bismarck em seu acordo com a Áustria. Se ele quis a cooperação com a Áustria, desenvolvendo uma relação de confiança mútua duradoura, o objetivo seria aparentemente limitado ao buscar apenas a hegemonia prussiana na Alemanha do Norte, seguindo o Conselho de Metternich ao tornar a Prússia um “Estado saciado”. Mas se a guerra com a Áustria era a intenção, a política de cooperação era um pretexto para no futuro buscar a unidade germânica. Os historiadores divergem nesse ponto, mas, dado o “nacionalismo prussiano” de Bismarck demonstrado ainda nas Revoluções

---

<sup>12</sup> Nosso fortalecimento não pode resultar de políticas na câmara e na imprensa, mas somente da política bélica moderada de Grande Potência, e nós não temos condições de sustentar força suficiente para deflagrá-la em um *front* errado e por discursos e Augustenburg.

de 1848, pode-se dar espaço à sua “boa-fé sem malícia” e alegar que ele poderia querer a cooperação. O fato, porém, é que Bismarck seguia várias políticas simultaneamente a ponto de sempre ter várias opções ao seu alcance. Além disso, ainda era cedo demais para pensar em uma unidade germânica, dado que muitos Estados menores preferiam a Áustria à Prússia nos campos da política e também da cultura. Entretanto, a União Aduaneira vigente nas últimas três décadas criara um laço de dependência econômica insubstituível no momento (KENT, 1982, p. 53, 54 e 74).

### 3.3 A Questão Austríaca

Logo ao fim das hostilidades com o reino da Dinamarca, o atrito entre Áustria e Prússia teve início com as difíceis negociações acerca do futuro dos ducados dinamarqueses. Incisivamente, os prussianos exigiram para o reconhecimento da independência de Schleswig-Holstein e de Frederico de Augustenburg como soberano legítimo que os soldados dos ducados jurassem lealdade ao rei Guilherme e que todas as bases e fortificações ficassem sob controle prussiano. Com a recusa austríaca, a Prússia pressionou ainda mais a situação através de ações como a transferência do comando da Marinha prussiana de Dantzig para Kiel, a principal cidade de Holstein. Com alguns militares e até o rei já dispostos à guerra e à anexação, Bismarck ainda relutava em passar para o campo de batalha. A Prússia, *a priori*, não encontraria maiores problemas em derrotar a Áustria decadente e com problemas internos. A explicação para essa relutância pode ser apontada na direção de frear a influência de militares conservadores na corte – a exemplo de seu rival barão von Manteuffel, que era a favor da guerra e, com o sucesso militar, de declarar-se inválida a constituição – e de um problema financeiro em transações comerciais que deixaria o governo sem fundos para o esforço de guerra (PALMER, 1982, p. 102-103, KENT, 1982, p. 75).

Após a demissão de Rechberg, o atrito ascendeu paulatinamente até chegar ao limiar do conflito armado. Foi quando então o imperador Francisco José cedeu e um acordo notavelmente favorável à Prússia foi firmado em agosto de 1865, o suficiente para Napoleão III achar que existia uma cláusula secreta compensando a Áustria. Provisoriamente, Schleswig ficaria sob administração prussiana e Holstein sob administração austríaca, mas os prussianos ainda teriam direito a duas estradas para uso militar dentro da parte austríaca, além do uso militar do porto de Kiel e a concessão para a construção de um canal ligando o Mar Báltico ao Mar do Norte. Foi notado que a unidade dos ducados, outrora tão sagrada para os diplomatas alemães, foi sumariamente ignorada quando os interesses das duas potências germânicas as

ameaçavam de engajarem-se em um conflito fratricida. No entanto, Bismarck considerava o acerto ainda como provisório e imperfeito (PALMER, 1982, p. 104).

Em outubro de 1865, Bismarck viajou a Biarritz, região litorânea nos Pirineus franceses, para recuperar-se de uma doença. Na verdade, era uma oportunidade para encontrar Napoleão III e sondar suas posições para com a Áustria e Itália. Insinuando aprovar compensações aos franceses caso houvesse reformulações de vulto do mapa político europeu, Bismarck concluiu que o imperador francês se interessava muito mais pela Itália e sua afirmação nacional do que com a Alemanha, dando muito mais peso ao Vêneto que a Holstein. Com isso, pareceu ser possível isolar o problema de Schleswig-Holstein das demais questões diplomáticas européias.

A situação nos ducados, entretantes, deteriorava-se. A diferença entre as administrações prussiana e austríaca era notável. O lado prussiano desenvolvia-se muito mais que o austríaco, prejudicado por uma crise econômica em um Império decadente. A população de Holstein, sob administração austríaca, ainda demonstrava apoio a Augustenburg, e como o governador austríaco de Holstein, Ludwig von Gablenz, fizesse vista grossa a esses movimentos, o governador prussiano de Schleswig acusou-o de irresponsabilidade. Quando em janeiro de 1866 o governador austríaco de fato apoiou a facção de Augustenburg, autorizando uma manifestação a favor do duque, isso foi o suficiente para o início de uma guerra fria entre as duas potências germânicas. Bismarck, assim, se reservou o direito de total liberdade de ação para conter essa nova onda democrática e revolucionária (PALMER, 1982, p. 107).

No mês seguinte, se realizou em Berlim o Conselho da Coroa. Nele, discutiu-se fundamentalmente sobre a guerra ou a paz com a Áustria. Os militares profissionais foram unânimes ao defender a guerra. Todos, exceto o príncipe herdeiro, concordaram que ela era inevitável, inclusive o rei. Bismarck ressaltou o destino da Prússia em liderar a Alemanha e salientou que uma aliança com a Itália fazia-se necessária. Helmuth von Moltke<sup>13</sup>, o famoso marechal, também instou que o Exército prussiano era forte o suficiente para bater a Áustria no campo de batalha, mas havia necessidade de uma aliança com a Itália. Assim, as forças austríacas, divididas, seriam mais facilmente vencidas.

Por fim, o rei decidiu que ainda não era hora de deflagrar a guerra, acreditando que uma mudança na orientação política austríaca equilibraria novamente a situação. Assim,

---

<sup>13</sup> Helmuth Karl Bernhard von Moltke foi chefe do Estado-Maior prussiano durante a guerra com a Áustria. Conforme Palmer, ele se diferenciava de ser um espadachim romântico, como seus colegas, por entender a importâncias dos desenvolvimentos técnicos, como estradas de ferro e operações militares planejadas, num contexto de estratégia ampla, e não em busca de objetivos limitados (PALMER, 1982, p. 108).

determinou apenas que houvesse um entendimento mais estreito com a França e aprovou preparativos para um acordo militar com a Itália.

Com a esperança real de ainda haver paz, Bismarck limitou-se a buscar três objetivos imediatos, a saber, uma aliança militar secreta com a Itália, um acordo com a França buscando a neutralidade francesa sem compensações em caso de guerra com a Áustria, e a manutenção da tensão prusso-austríaca a ponto de forçar os militares ou diplomatas austríacos a cometerem algum erro crasso e imperdoável. Mas não houve sucesso pleno em atingi-los. A Itália só concordou em declarar guerra à Áustria se o conflito se deflagrasse dentro de três meses a partir da assinatura da cláusula secreta, em 8 de abril de 1866. Napoleão III continuava inclinado a expandir-se até o Reno e condenava as divisões de 1815. Por fim, a opinião pública alemã era notadamente contra a guerra contra a Áustria. Regiões inteiras chegaram a enviar ao rei mensagens humildes pedindo que garantisse a paz (PALMER, 1982, p. 110).

Nos meses seguintes, a situação pendeu em equilíbrio, e pareceu mesmo que a solução bélica de Bismarck estava ameaçada. Os irmãos Gablenz<sup>14</sup> propunham um plano conciliatório onde Schleswig-Holstein se tornaria um principado independente governado por um nobre Hohenzollern, mas nunca incorporado à Prússia. A Confederação Germânica, por sua vez, seria reformulada a ponto das regiões ao norte do rio Meno ficarem sob liderança prussiana enquanto a região ao sul ficaria sob comando austríaco. Essa proposta não desagradava Bismarck, mas tornou-se inviável quando o imperador austríaco exigiu que a Prússia apoiasse a retenção do Vêneto por parte dos austríacos. Dado que o acordo ítalo-prussiano já tinha sido firmado, era impossível dar tal garantia a Francisco José como compensação ao abandono de suas pretensões germânicas.

A guerra começou a tomar forma quando a Áustria, devido à lentidão de seu sistema de mobilização, procurou adiantar-se à movimentação de tropas italianas na região do Vêneto, em abril de 1866. Ao mesmo tempo, os Habsburgs passavam a perceber que seu atrito com os prussianos não se resumia aos ducados do Elba, mas também ao resto de seu império. Continuando a tentar enfraquecer a autoridade da Casa dos Habsburgs, Bismarck chegou a contatar o chefe dos exilados húngaros para usar uma eventual “Legião Magiar” nas futuras operações militares contra os austríacos. No mês seguinte, a 7 de maio, sucedeu um malfadado atentado contra o ministro-presidente enquanto este caminhava pela rua, no que

---

<sup>14</sup> Ludwig von Gablenz, como já citado, era o governador austríaco de Holstein e seu irmão, Anton, era um fidalgo rural prussiano membro do *Landtag*. Ambos provinham da Saxônia, mas, conforme muitas famílias germânicas na época, prestavam serviço a casas reais diferentes.

serviu como ilustração do descontentamento tanto liberal e conservador frente a sua diplomacia “irresponsável”. Não obstante, além das ovações populares pela sua sobrevivência, o fracassado assassinato fê-lo convencer-se de que era um instrumento do Todo-Poderoso (PALMER, 1982, p. 112-114).

Quando ficou claro que Estados alemães menores, como a Baviera, a Saxônia, Baden, Württemberg, Hessen e Hannover, apoiariam militarmente a Áustria, os austríacos decidiram “furar o tumor da crise”. Crentes em uma derrota rápida da Prússia, propuseram a 1º de junho na Assembleia Federal que, dada a impossibilidade de se chegar a um acordo definitivo, o destino dos ducados seria colocado nas mãos da própria Assembleia e de uma assembleia popular convocada no Holstein. Sendo uma infração ao tratado austro-prussiano de janeiro de 1864, os prussianos ocuparam Holstein uma semana depois. Com isso, a Assembleia Federal condenou os prussianos por guerrear contra um de seus membros, ao que o delegado prussiano respondeu declarando a Assembleia, a partir daquele momento, dissolvida (PALMER 1982, p. 115,116).

Os sucessos militares iniciais deram a Bismarck certa popularidade e o controle de praticamente toda Alemanha setentrional antes mesmo do início da campanha contra a Áustria. O combate decisivo entre as duas potências germânicas deu-se nos arredores de Königgrätz, em 3 de julho. Nele, entre 440000 a 460000 homens entraram em combate, no que foi o maior embate de forças num mesmo campo de batalha até então, superado apenas na Primeira Grande Guerra (PALMER, 1982, p. 116-118).

Dois dias depois chegava a notícia de que Napoleão III tencionava mediar o conflito, após pedido de Francisco José. Bismarck tinha, então, de protelar a resposta ao máximo para que o Exército continuasse avançando, mas sem irritar Napoleão o suficiente a ponto de fazê-lo mobilizar o Reno e também sem que ele surgisse ao fim do conflito como o pacificador da Europa.

O rápido sucesso militar, entretanto, criou problemas. O rei, antes indeciso quanto a iniciar um conflito fratricida com os Habsburgos e relutante em modificar drasticamente o mapa da Europa, agora já falava em anexar a Saxônia, a região de Hessen e até mesmo Hannover, além de ditar a paz em Viena. Da frente de batalha, Bismarck escreveria a sua esposa sobre o ambiente no Quartel-General:

[...] *ich habe die undankbare Aufgabe, Wasser in den brausenden Wein zu gießen und geltend zu machen, daß wir nicht allein in Europa leben,*

*sondern mit noch 3 Mächten, die uns hassen und neiden.*<sup>15</sup> (BISMARCK, 1989, p. 211)

Parece que esse ódio e inveja já o faziam suspeitar o que 1919 reservava a sua *Geliebtes Deutschland*.

Antes de firmar o cessar-fogo, porém, foi preciso convencer o rei a ceder quanto a seus anseios expansionistas. Para isso, Bismarck teve de recorrer a, além de seu amigo Roon - que via a travessia do Danúbio como desnecessária frente às baixas causadas -, o príncipe herdeiro. Somente ele pôde fazer o rei contentar-se com a proposta francesa, já aceita pelos austríacos, de anexar a região de Hessen, Nassau, Hannover e Frankfurt, além dos ducados de Schleswig-Holstein, e abandonar suas pretensões quanto à Saxônia.

Como resultado, a Prússia saiu do conflito como o maior e mais poderoso Estado alemão, definitivamente deixando a Áustria para trás. Pela primeira vez conseguiu unir de forma contígua os territórios de todo reino devido às novas aquisições. E com a expulsão da Áustria da Confederação Germânica, esta foi destruída. Apenas o reino da Baviera, o reino de Württemberg, o grão-ducado de Baden e a parte sul de Hessen, além da Áustria, ficaram fora da nova Confederação. Com a aprovação da constituição que dava poderes militares plenos ao rei prussiano, estava legitimada a Confederação da Alemanha do Norte, “progênie bastarda do poderio militar prussiano e da atitude mental nacionalista romântica” (PALMER, 1982, p. 129).

Após longos debates com o parlamento desse novo órgão federal, votou-se uma constituição que praticamente sem alterações foi usada pelo Reich de 1871 a 1918. Nela, já apareceu o cargo de chanceler, a ser ocupado por Bismarck, subordinado unicamente ao soberano da Prússia (KENT, 1982, p. 64-65).

As demais potências européias ficaram sensivelmente incomodadas com a velocidade das vitórias prussianas, ao que tanto russos como franceses tentaram interceder nas negociações de paz e posteriores acertos territoriais. Mas Bismarck soube acalmar os russos levantando a questão polonesa e desencorajar um acordo sobre a anexação francesa de Luxemburgo, da Bélgica e de suas posses até 1814 argumentando com a ameaça de guerra. Assim, com o posterior compromisso austro-húngaro de união real, substituindo o Império

---

<sup>15</sup> [...] eu tenho a ingrata tarefa de derramar água no vinho borbulhante, e fazer valer que nós não vivemos sozinhos na Europa, mas com três outras potências que nos odeiam e invejam.

Mapa 4 - A Confederação da Alemanha do Norte



Fonte: NORDDEUTSCHER..., ([2013?]).

Austríaco pela monarquia Austro-Húngara, o poder prussiano foi de fato sedimentado conforme as palavras de Moltke:

*Der Krieg von 1866 ist nicht aus Nothwehr gegen die Bedrohung der eigenen Existenz entsprungen, auch nicht hervorgerufen durch die öffentliche Meinung und die Stimme des Volkes; es war ein im Kabinet als nothwendigkeit erkannter, längst beabsichtigter und ruhig vorbereiteter Kampf nicht für Ländererwerb, Gebietserweiterung oder materiellen*

*Gewinn, sondern für ein ideales Gut - für Machtstellung*<sup>16</sup>. (MOLTKE, 1891, p. 426)

### 3.4 A guerra com a França e a fundação do Reich

Após a solidificação do poder prussiano na Alemanha do Norte, a França encontrava-se em uma situação delicada, e mesmo complicada. A última grande atuação francesa na cena política européia havia sido na Guerra da Criméia, havia mais de dez anos. Além disso, sucessivas derrotas diplomáticas acumulavam-se incomodamente sobre a política externa de Napoleão III. Para um Bonaparte, que queria manter-se no trono, fazia-se necessário ressaltar o prestígio francês frente à opinião pública. Assim, em julho de 1867, Napoleão III declarou que no verão anterior a França barrara os prussianos às portas de Viena sem movimentar um regimento sequer, e que nenhuma ação prussiana ofenderia o sentido da nação francesa (PALMER, 1982, p. 130).

Em seguida, Luxemburgo voltou à pauta francesa, agora com mais vigor. Napoleão III tencionava comprá-lo do rei da Holanda, ao que parecia não haver entrave. No entanto, o rei Guilherme foi firmemente contra consentir entregar um território que sempre tivera influência germânica aos franceses, e Moltke apontou para as vantagens de uma guerra contra a França naquele momento. A vitória era assegurada, mas Bismarck asseverou que os Estados alemães do sul não estavam receptivos a uma cruzada contra a França naquele momento.

O intercâmbio militar entre a Confederação da Alemanha do Norte e os Estados alemães do sul continuava, e a União Aduaneira seguia a pleno vapor. Entretanto, parecia esmorecer o sentimento alemão de unidade nacional. Não obstante, a 26 de fevereiro de 1869 instou Bismarck a Georg von Werthern:

*Daß die deutsche Einheit durch gewaltsame Ereignisse gefördert werden würde, halte auch ich für wahrscheinlich. Aber eine ganz andere Frage ist der Beruf, eine gewaltsame Katastrophe herbeizuführen, und die Verantwortlichkeit für die Wahl des Zeitpunkts. Ein willkürliches, nur nach subjektiven Gründen bestimmtes Eingreifen in die Entwicklung der Geschichte hat immer nur das Abschlagen unreifer Früchte zur Folge gehabt; und daß die deutsche Einheit in diesem Augenblicke keine reife*

<sup>16</sup> A guerra de 1866 não veio da legítima defesa contra a ameaça da própria existência [da Prússia]; também não foi provocada pela opinião pública e pela voz do povo; foi reconhecida como uma necessidade no gabinete, uma luta há muito tempo intencionalmente preparada visando não aquisições e aumentos territoriais ou ganhos materiais, mas sim por um ideal - a posição de poder.

*Frucht ist, fällt meines Erachtens in die Augen. [...] die Fähigkeit zu warten, während die Verhältnisse sich entwickeln, ist eine Vorbedingung praktischer Politik.*<sup>17</sup> (BISMARCK, 1989, p. 245)

No ano seguinte, a questão da sucessão do trono espanhol, após a Revolução de 1868, chegou aos Hohenzollern. Com a fuga de Isabel II para a França, o trono vago foi oferecido a Leopold von Hohenzollern-Sigmaringen, da parte católica da linhagem prussiana. Entretanto, o príncipe Leopold deixou claro que apenas aceitaria o trono com a aprovação de Napoleão III e do rei Guilherme.

Não havia interesse por parte da dinastia Hohenzollern em aceitar o trono, mas homens como Bismarck, Roon e Moltke compreenderam a oportunidade que se lhes mostrava. Conforme o esperado, a maior oposição quanto a um Hohenzollern no trono espanhol viria da França. Em um eventual conflito com a Prússia, ela teria de manter imobilizados entre um oitavo e um quarto de seu Exército nos Pirineus, por conta de um virtual ataque espanhol. Se, contudo, Napoleão III aceitasse a candidatura de Leopold, seria o mesmo que abdicar da posição de mediador na resolução de conflitos entre as grandes potências, ou seja, outra derrota diplomática. Se, por outro lado, Napoleão decidisse passar a limpo a disputa no campo de batalha, as demais potências não ficariam ao seu lado, por ele ir à guerra por conta de um soberano a ser legitimamente eleito pela Corte espanhola.

Quando a candidatura de Leopold, até então mantida em segredo, estava para ser apresentada à Corte espanhola, em fins de junho de 1870, um erro telegráfico fez vazar a notícia da candidatura Hohenzollern para a imprensa. A reação popular francesa foi imediata, insuflada por um discurso patriótico do ministro do exterior, Gramont. No entanto, o ministério do Exterior prussiano afirmava que a questão dizia respeito unicamente à família real (PALMER, 1982, p. 139, 140).

O problema quase foi resolvido quando tanto o rei como Leopold recuaram da proposta, renunciando à candidatura após a exposição para a imprensa e a desproporcional reação francesa. No entanto, os franceses queriam um compromisso sério do abandono da candidatura ao trono espanhol por parte dos Hohenzollern. Assim, por duas vezes o embaixador francês na Prússia, Benedetti, tentou forçar o rei Guilherme a prometer que os

---

<sup>17</sup> Que a unidade alemã seria promovida através de acontecimentos violentos, eu também considero provável. Mas uma outra questão é a vocação para se causar uma violenta catástrofe, e a responsabilidade de escolha do momento certo. Uma decisão arbitrária baseada em motivos subjetivos para intervenção no desenvolvimento da história sempre teve somente o colhimento de frutos imaturos como consequência; e que a unidade alemã não é fruto maduro neste momento, a meu ver me cai na vista. [...] a capacidade de esperar, enquanto as relações evoluem, é uma pré-condição de uma política prática.

Hohenzollern jamais retomariam a candidatura ao trono espanhol. Primeiro, o rei negou polidamente tal exigência, e depois recusou inclusive receber o enviado pela segunda vez, dizendo que nada mais tinha a declarar. Disso resultou um telegrama de Heinrich Abeken, a pedido do rei, a Bismarck, interando-o do acontecido. Habilmente, o chanceler diminuiu a extensão da carta, de forma que o embaixador francês pareceu insolente e depois “humilhado” pelo rei. Assim, surgiu o famoso “despacho de Ems”, publicado na imprensa:

*Nachdem die Nachrichten von der Entsagung des Erbprinzen von Hohenzollern der Kaiserlich Französischen Regierung von der Königlich Spanischen amtlich mitgeteilt worden sind, hat der französische Botschafter in Ems an Seine Majestät den König noch die Forderung gestellt, ihn zu autorisieren, daß er nach Paris telegraphiere, daß Seine Majestät der König sich für alle Zukunft verpflichte, niemals wieder seine Zustimmung zu geben, wenn die Hohenzollern auf ihre Kandidatur wieder zurückkommen sollten. Seine Majestät der König hat es darauf abgelehnt, den französischen Botschafter nochmals zu empfangen, und demselben durch den Adjutanten vom Dienst sagen lassen, daß Seine Majestät dem Botschafter nichts weiter mitzuteilen habe.*<sup>18</sup> (BISMARCK, 1989, p. 250)

Ora, é de se espantar que os franceses tenham tomado tal telegrama, publicado na imprensa, como *casus belli*. Em verdade, a declaração de guerra pode ser tomada como absolutamente leviana, dado que os franceses viram-se frente a uma coligação de Estados alemães em uma cruzada contra a agressão de Paris. Bismarck estava certo quando pensou que tal mensagem pareceria “uma toalha vermelha para o touro galês” (BISMARCK, 1928, p. 407).

Novamente, o sucesso militar inicial acabou sendo um problema para os prussianos, dado que após a decisiva batalha em Sedan, logo em setembro, Napoleão III caiu refém dos alemães. Com isso, Bismarck teve de lidar com o problema constitucional de ter o líder supremo inimigo aprisionado. Para piorar, foi declarada a Terceira República francesa, complicando Napoleão para assinar os termos da paz em nome do povo francês. A consequente resistência francesa estendeu a guerra, que poderia ter sido proveitosamente rápida, até o ano seguinte.

---

<sup>18</sup> Após a notícia da renúncia do príncipe herdeiro Hohenzollern ter sido oficialmente comunicada ao governo imperial francês pelo real espanhol, o embaixador francês em Ems ainda fez à Sua Majestade o Rei a exigência de autorizá-lo a telegrafar para Paris que Sua Majestade o Rei se obrigava para todo o futuro nunca mais dar a sua aprovação, se os Hohenzollern voltassem à sua candidatura novamente. Sua Majestade o Rei recusou-se a receber o embaixador francês novamente, e pelo ajudante fez o mesmo saber que Sua Majestade nada mais tinha a informar ao embaixador.

Durante o cerco a Paris, houve um racha definitivo entre Bismarck e Moltke. Este último acusava o chanceler de, como político, se meter indevidamente em assuntos militares, chegando ao ponto de omitir decisões e despachos notoriamente vitais de um primeiro-ministro ter ciência. Um segundo problema foi a intenção da Rússia de rever a desmilitarização do Mar Negro acordada no Tratado de Paris de 1856, após a Guerra da Criméia. Bismarck conseguiu que uma convenção fosse realizada em Londres em janeiro, o que o fez querer terminar a guerra ainda mais rápido. Para completar, os quatro Estados alemães ainda fora da Confederação da Alemanha do Norte concordaram que uma nova união federal alemã devia resultar dessa guerra. Assim, no fim de novembro de 1870, apenas restava definir o estilo e o grau de nobreza e majestade dessa nova união (PALMER, 1982, p. 157-160).

Seguiu-se, porém, o difícil convencimento do rei Guilherme a aceitar o título de Kaiser e o restabelecimento de um Reich alemão. Somente após a petição tanto do rei da Baviera quanto de uma representação do Reichstag ele cedeu aos anseios e aceitou ser coroado imperador. Assim, a 18 de janeiro de 1871, uma cerimônia realizada no palácio de Versalhes coroou-o Kaiser do novo Reich alemão.

O novo Reich contou com a constituição da Confederação da Alemanha do Norte, mesmo com alguns protestos de Württemberg e pequenas alterações concedidas à Baviera. O cargo de chanceler, criado pelo próprio Bismarck, permanecia ligado exclusivamente à coroa, prestando contas somente a ela.

Com Paris cercada já passando fome e o Exército profissional francês liquidado, tiveram início as negociações de paz. A 26 de fevereiro de 1871, Adolphe Thiers, eleito chefe do poder executivo por uma Assembleia Nacional, assinou os termos preliminares da paz. Neles constavam o pagamento de seis bilhões de francos (quantia posteriormente reduzida) como indenização de guerra, a cessão da Alsácia e Lorena setentrional ao novo Reich e também o desfile das tropas vitoriosas em Paris (PALMER, 1982, p. 164).

Mapa 5 - O Império Alemão



Fonte: DEUTSCHES..., ([2013?]).

### 3.5 Considerações Parciais

A decisão de nomear Bismarck como ministro-presidente e ministro do exterior da Prússia foi crucial para a mudança da política exterior do reino. Inicialmente vista como última tentativa de superar uma crise constitucional, ela encerrava em si muito mais que a resolução de um conflito com o *Landtag*. Significou a mudança de uma visão conservadora, calcada na legitimidade do sistema monárquico da época da Restauração, para algo mais prático visando a maximização de poder. Embora com muitos conflitos com o rei, Bismarck soube habilidosamente fazer valer sua opinião.

Mais uma vez com extrema destreza, Bismarck soube durante as guerras de unificação manter as demais potências afastadas do conflito a ponto de não interferirem nos acontecimentos. Na questão de Schleswig-Holstein, tratou do caso juntamente com a Áustria como se fosse um problema interno germânico. Quando a guerra irrompeu opondo as duas potências germânicas, conseguiu novamente manter Inglaterra, Rússia e França afastadas e convenientemente utilizar-se de uma aliança forjada com a Itália para esse exclusivo fim. Mesmo durante as negociações, teve sucesso ao, em certa medida, manter a influência de terceiros à parte. Com a criação da Confederação da Alemanha do Norte, nesse momento pode ser identificada uma revolução de cima para baixo na Alemanha.

O resultado da guerra com a França foi ao mesmo tempo excepcional mas carregado de perigo. Com menos de dez anos no governo, Bismarck ascendeu a uma posição de poder e prestígio inatingida por qualquer outro alemão na história moderna, ao colocar no plano da realidade um sonho presente desde os tempos da Paz de Westfália.

A fundação do Reich - levada a cabo através do projeto de “pequena Alemanha”, em contraposição ao projeto austríaco de “grande Alemanha” - mudou completamente a configuração de poder da Europa. Mesmo que em 1866 a União Aduaneira já comportasse quase todos os Estados alemães que no futuro vieram a fazer parte do Reich, a união política, sob uma constituição de caráter autoritário, selou a forja de um Estado que num futuro próximo viria a tornar-se uma potência contestadora.

O rancor francês, entretanto, estaria sempre presente. Reconheceu-se que as cessões dos territórios da Alsácia e Lorena seriam sempre um motivo para esquentar a secular inimizade entre franceses e alemães. Mas mesmo assim Bismarck preferia que esses territórios estivessem em poder da Alemanha quando a próxima crise estourasse do que servissem como local de concentração de tropas francesas a transporem o Reno em uma invasão.

Dessa forma, observando as relações internacionais em termos de política de poder, passou a trabalhar em cima de alianças defensivas. Basicamente, o principal objetivo foi o isolamento político e diplomático francês, a fim de evitar uma próxima guerra. A construção desse sistema defensivo de alianças será analisada no próximo capítulo.



exigida no valor de cinco bilhões de francos, os franceses ficaram perenemente desgostosos com os alemães, nutrindo sentimentos abertamente revanchistas. Quando o pagamento indenizatório francês foi concluído em 1873, seguiu-se uma crise econômica que perdurou até 1879, agravada pela bolha criada devido ao fluxo de capitais como reparação de guerra e só vencida após a adoção do protecionismo. Posteriores reformas sociais envolvendo a nacionalização e monopólio de algumas indústrias, além de leis sobre seguro social para casos de acidente, invalidez e doença e um programa previdenciário acalmaram a esquerda e serviram para falar-se em um “socialismo estatal na Alemanha” (KENT, 1982, p. 99). Então, dado que era axiomático para Bismarck os franceses serem irreconciliáveis após 1871, era preciso jogar com as demais potências. Nesse contexto é que o chanceler teve de atuar em busca da construção de seu sistema defensivo de alianças.

#### **4.1 Acordo dos Três Imperadores (*Dreikaiserabkommen*)**

No fim do outono de 1872, reuniram-se em Berlim os três imperadores “orientais”: Guilherme da Alemanha, Francisco José da Áustria-Hungria e Alexandre II da Rússia. Durante cinco dias, eles e seus respectivos ministros do exterior estiveram juntos na capital alemã para discutir a estabilidade na Polônia e nos Balcãs. Porém, nada ocorreu além de se discutir sobre a manutenção da paz na Europa.

No ano seguinte, em maio de 1873, o Kaiser fez uma visita a São Petersburgo acompanhado de Bismarck e Moltke. Este último ficou encarregado de assinar, com o marechal-de-campo russo Berg, um convênio militar “segundo o qual cada Potência mandaria um exército de 200.000 homens em socorro da que fosse atacada” (PALMER, 1982, p. 175).

No mês seguinte, o Czar visitou Viena e assinou um acordo com o imperador Francisco José visando estabelecer consultas prévias sobre possíveis questões futuras que ameaçariam as boas relações entre seus dois impérios. Em outubro, quando o Kaiser Guilherme visitou Viena, foi assinado um protocolo endossando a declaração anterior entre os dois monarcas.

Assim surgiu o acordo entre os três imperadores. Era baseado em um convênio e um protocolo, muito solto e de leve associação entre os signatários. De modo geral, foi “um acordo pessoal entre os três monarcas, estabelecendo uma espécie de consulta em caso de

---

a região servisse de lugar para concentração de tropas francesas hostis. O rei Guilherme, inicialmente desinteressado quanto ao futuro da região, não pôde deixar escapar a oportunidade de anexá-la após a fulminante vitória militar e a consequente efusão sentimental patriótica germânica (KENT, 1982, p. 107, 108).

ameaça à paz” (KENNAN, 1985, p. 445). Mas de qualquer maneira, segundo a percepção de Bismarck, enquanto os três autocratas estivessem ligados pelo acordo, dificilmente russos ou austro-húngaros viriam em auxílio de uma França republicana contra o Reich. Por hora, servia ao seu propósito.

#### **4.2 Dupla Aliança (*Zweibund*)**

Em 1875, uma série de confusões e mal-entendidos causaram um pânico generalizado receando a aproximação de outra guerra franco-alemã. Os franceses haviam conseguido pagar a indenização de guerra antes do prazo e sua economia recuperava-se a passos largos, possibilitando o início de seu rearmamento. Assim, a intenção francesa de comprar 10000 cavalos de guerra e aumentar de três para quatro o número de batalhões em cada regimento de infantaria levou a imprensa alemã a vociferar contra as intenções belicistas francesas. Da mesma forma, a imprensa francesa respondeu à altura, aumentando a tensão entre as duas nações. O alto escalão militar alemão era inclusive a favor de uma guerra preventiva contra a França, mas observadores realistas, como os estadistas alemães e russos, claramente poderiam observar que nem um nem outro país tinha razões e intenções de iniciar uma guerra naquele momento.

Assim, a visita do Czar Alexandre II e seu chanceler Gorchakov às estações de águas européias em maio do mesmo ano teve outro significado. O encontro em Berlim entre os dois soberanos foi amigável e de muito bom termo: Guilherme, tio de Alexandre, deplorou o dano causado pela imprensa e ambos concordaram que o temor de guerra era absolutamente infundado. Por outro lado, o encontro entre os dois chanceleres foi diferente. Segundo Bismarck, Gorchakov excedeu em ousadia o episódio de Ems ao querer uma promessa categórica de que o prussiano jamais iria à guerra. Como resultado, a relação entre os dois homens tornou-se ácida, em parte pela inveja que Gorchakov nutria contra o alemão por este ser o homem mais poderoso da Europa, em parte por Bismarck não perdoar o russo pela intenção de forçá-lo a um posicionamento envolvendo um compromisso duradouro. Mas o mais importante dessa crise foi que a França, e especialmente seu estamento político, passou a ver e acreditar que a Rússia era a chave para sua revanche contra os alemães (KENNAN, 1985, p. 23, PALMER, 1982, p. 185).

Entre 13 de junho e 13 de julho de 1878, ocorreu o Congresso de Berlim, encontro entre as Grandes Potências, Turquia e demais países balcânicos para definir as consequências da guerra entre Rússia e Turquia, iniciada no ano anterior. Bismarck relutou em tornar-se o

anfitrião de tal evento, dado que percebeu o resultado possivelmente desfavorável aos olhos dos demais integrantes: como ninguém sairia plenamente satisfeito, o culpariam pelo fracasso das negociações que o tiveram como árbitro. Independentemente, a obstinação russa em só aceitar sentar na mesa de negociações se estas fossem realizadas em Berlim indica a “predominância da Alemanha na Europa e da eminência de Bismarck entre seus estadistas” (KENT, 1982, p. 121).

Como a Rússia saiu desprestigiada do Congresso, pois não conseguiu manter os termos inicialmente acertados unilateralmente com os turcos, sua imprensa culpou Bismarck e seus próprios delegados por tal resultado. Assim, o problema da dissolução do Império Otomano já passou a figurar como um ponto de atrito entre o Império Russo e a Monarquia Áustro-Húngara. Enquanto o pan-eslavismo russo, ofensivamente, premia por avançar rumo aos estreitos, tentando abarcar sob seu manto protetor todos os eslavos e eslavófonos da Europa, o decadente Império dos Habsburgs, defensivamente, tentava reorganizar a divisão política dos Bálcãs com a intenção de evitar seu próprio esfacelamento interno (KENNAN, 1985, p. 47).

Essa situação fez Bismarck perceber que, para fins práticos, o acordo de 1873 estava morto. A tensão russo-alemã aumentava conforme cresciam os ataques da imprensa russa e, assim, Bismarck voltou-se para a Áustria-Hungria, buscando uma aliança defensiva. Circunstancialmente, essa ideia surgiu em meio a uma carta ofensiva de Alexandre II a seu tio Guilherme e à intenção do Conde Andrassy, ministro do exterior austríaco, de se aposentar. Havia um respeito mútuo entre os dois chanceleres muito grande, e Bismarck percebeu que com Andrassy ainda no cargo era possível fechar um acordo mais cerrado.

Assim, o chanceler iniciou o processo de convencimento do Kaiser, que via uma aliança militar estreita entre os dois impérios germânicos como uma espécie de deslealdade para com seu sobrinho Alexandre. Numa das cartas destinadas a Guilherme, Bismarck escreve em 31 de agosto de 1879, pouco antes da assinatura formal do acordo:

*Der Gedanke, daß ein Defensivbündnis mit Österreich als Ersatz der Garantien, welche früher der Deutsche Bund gewährte, den Abschluß der deutschen Politik Eurer Majestät zu bilden haben werde, ist für mich kein neuer. Ich habe schon bei den Friedensverhandlungen in Nikolsburg 1866 der tausendjährigen Gemeinsamkeit der gesamtdeutschen Geschichte gegenüber das Gefühl gehabt, daß für die Verbindung, welche damals zur Reform der deutschen Verfassung zerstört werden mußte, früher oder später*

*ein Ersatz von uns zu beschaffen sein werde.*<sup>20</sup> (BISMARCK, 1989, p. 348-349)

Assim, Bismarck inteligentemente expôs que uma aliança com a Áustria substituiria as garantias que a outrora Confederação Germânica dava às duas potências, inclinando-as a tomarem posições minimamente semelhantes no sistema internacional. Além disso, a aliança seria bem recebida pelas populações locais, cujas relações culturais eram estreitamente compartilhadas já há milênios. Nesse sentido, a consaguinidade germânica era incontornável. Mesmo sem duvidar das intenções pacíficas do Czar, Bismarck então convenceu o Kaiser da necessidade de que a Alemanha estivesse protegida contra um eventual ataque russo-francês. Dessa forma, o tratado foi finalmente assinado em 7 de outubro de 1879, em Viena. Seus termos previam apoio mútuo ilimitado em caso de agressão russa e neutralidade benevolente frente ao ataque de outra potência. Com duração inicial para cinco anos, foi sistematicamente renovado até a implosão dos dois regimes, ao término da Primeira Grande Guerra (KENNAN, 1985, p. 84, 85, PALMER, 1982, p. 213).

#### **4.3 Tripla Aliança (*Dreibund*)**

Os russos ficaram sabendo dessas conversações entre alemães e austríacos e, compreensivelmente, ficaram alarmados. Ainda mais quando lhes chegaram notícias de contatos estabelecidos entre ingleses e alemães, também realizados a porta fechadas. Conforme o pensamento de Bismarck, a indicação de que a Alemanha pudesse vir a firmar alianças com a Áustria e a Inglaterra pressionaria a Rússia a mudar seu tom frente aos alemães, receando ficar isolada na borda do tabuleiro europeu. Bismarck estava certo.

Em setembro de 1879, os ataques da imprensa russa contra a Alemanha, ininterruptos desde o fim do Congresso de Berlim no ano anterior, repentinamente cessaram. Ocorreu, no mesmo mês, um amigável encontro entre o Kaiser e seu sobrinho, que explicou a seu tio compreender a necessidade que tinha a Alemanha de manter boas relações com os austríacos. Na mesma época, o Czar incumbiu Pyotr Aleksandrovich Saburov de encontrar “o necessário apoio em uma firme entente com a Alemanha” (PALMER, 1982, p. 214), nomeando-o

---

<sup>20</sup> A ideia, que uma aliança defensiva com a Áustria como substituição às garantias, as quais anteriormente a Confederação Germânica concedia, seja formada pela intenção final da política alemã de Sua Majestade, não é nova para mim. Eu tive já nas negociações de paz de 1866 em Nikolsburg, para com o milenar interesse comum da história geral alemã, o sentimento, que para a ligação, a qual outrora pela reforma da constituição alemã precisou ser destruída, mais cedo ou mais tarde uma substituição por nós terá de ser procurada.

embaixador em Berlim, e substituiu o velho Gorchakov por Nikolai Giers<sup>21</sup> no Ministério de Exterior.

Inicialmente querendo estabelecer uma aliança bilateral, Giers e Saburov não agradaram de todo Bismarck, já comprometido com a Áustria. Habilmente, o chanceler de ferro convenceu o embaixador russo que o único sistema capaz de oferecer o máximo de estabilidade à paz na Europa era o restabelecimento da aliança entre os três Imperadores. Sedutoramente, expôs que a intenção em formalizar um acordo juntamente com a Áustria era “cavar um fosso entre ela e as Potências ocidentais” (PALMER, 1982, p. 215).

Mas as negociações não foram fáceis. Os dezoito meses para se chegar à assinatura do acordo final ilustram as desavenças e conflitos de interesse entre as monarquias Habsburg e Romanov. Tendo iniciado em janeiro de 1880, as conversações foram momentaneamente interrompidas em março de 1881, quando os austríacos já haviam aprovado uma minuta de tratado da aliança. No dia treze, o Czar Alexandre II foi assassinado em um atentado a bomba, retirando a garantia da assinatura de qualquer acordo. Porém, seu filho, Alexandre III, não queria mudanças drásticas na política externa do Império seguida até então. O novo Czar não tinha claras as ligações sanguíneas entre os Romanov e os Hohenzollern, mas mesmo assim autorizou Giers a continuar as negociações. O tratado, *grosso modo*, seria uma espécie de ampliação da Dupla Aliança, incorporando mais um membro, a despeito deste último não ter sido revelado em nenhum momento.

Em dezoito de junho de 1881, Bismarck e os embaixadores da Áustria-Hungria e Rússia assinaram, em Berlim, os termos da Aliança Tripla. Era um acordo secreto cujos termos exatos só vieram a ser conhecidos após a Primeira Grande Guerra. Suas cláusulas obrigavam os signatários a uma neutralidade benevolente para com os demais integrantes, caso algum desses viesse a entrar em guerra com outra potência européia. Dividia os Bálcãs entre influência russa e austro-húngara a leste e a oeste, respectivamente, dado que, para Bismarck, a questão dos Bálcãs “não valia os ossos saudáveis de um único granadeiro da Pomerânia” (KENT, 1982, p. 118). Bismarck era demasiado realista para acreditar que o tratado definitivamente resolveria a questão oriental, mas ainda assim deu-se por satisfeito. Não precisaria escolher entre seus dois aliados incompatíveis.

---

<sup>21</sup> Giers fora levemente acusado de ser pró-germânico pelo empenho em manter boas relações tanto com a Áustria como com a Alemanha. Mas pode-se dizer que ele era realista e via no Kaiser uma força pela paz e estabilidade da Europa. Percebia que a aliança feita poderia não sobreviver à mudança no trono, mas ainda assim considerava a relação amigável com a Alemanha não somente como útil mas essencial para a segurança da Rússia. (KENNAN, 1985, p. 78)

Para os austríacos, o tratado dava tranquilidade quanto à ameaça de uma ação russa nos Bálcãs. Para os russos, acalmava-os quanto a uma eventual agressão comum teuto-austríaca contra eles, ao mesmo tempo em que impedia que qualquer uma das Potências germânicas se juntasse a um ataque inglês contra a Rússia. Para a Alemanha, serviu para impedir que os franceses conseguissem apoio russo contra ela. Tendo sido renovado em 1884, manteve os russos longe de qualquer aproximação com os franceses (KENNAN, 1985, p. 84-87; PALMER, 1982, p. 214-217).

#### **4.4 Tríplice Aliança**

Em março de 1882, apenas nove meses após a assinatura do acordo entre as três Potências orientais, o General Mikhail Dmitryevich Skobelev entregou a uma assembleia de estudantes sérvios, em Paris, “um discurso altamente inflamado no qual discorria sobre a inevitabilidade de um conflito eslavo-teutônico” (KENNAN, 1985, p. 102). Mesmo com a repressão do Czar a Skobelev e o desdobramento de Giers tentando convencer Bismarck da inconveniência do general, o chanceler alemão ficou suficientemente alarmado a ponto de tomar providências práticas.

Assim, as insinuações italianas de uma aliança com Áustria-Hungria e Alemanha - que poderia servir de ligação entre Berlim e Viena com Londres, através de Roma - foram ouvidas. A Itália saíra do Congresso de Berlim sem nenhum benefício próprio, havia perdido Túnis para a França no ano anterior e encontrava-se em um novo conflito com o papa. Ansiava por segurança e assistência no jogo das Potências européias.

Contrastando com a demora das negociações para a Tripla Aliança, o acordo da Tríplice Aliança estava firmado dois meses após as declarações do general Skobelev. Os integrantes deviam dar-se assistência mútua em caso de conflito com a França. Em caso de um conflito germano-russo, a Itália observaria uma neutralidade simpática para com seus aliados, mas se outra potência ajudasse os eslavos, ela também deveria vir em auxílio dos germânicos. Alan Palmer considera que “a formação da Tríplice Aliança Secreta em maio de 1882 marcou o zênite do sistema bismarqueano na diplomacia européia” (PALMER, 1982, p. 214).

#### **4.5 O Tratado de Resseguro (*Rückversicherungsvertrag*)**

Desde o fim da Guerra Russo-Turca, em 1878, as taxações impostas aos produtos importados alemães na Rússia subiram gradativamente, ao passo que os produtos russos na Alemanha também foram sofrendo com o aumento das barreiras tarifárias. Até aquele momento, a Alemanha era responsável por até 40% das importações russas, enquanto em torno de 30% das importações alemãs provinham da Rússia. Isso demonstra o elevado nível de atrelamento entre as economias dos dois países, a despeito das crescentes tensões políticas.

Mas os industriais russos, a despeito de poucos, eram poderosos, e pressionavam o governo para aumentar ainda mais a taxaço sobre os lingotes de ferro importados da Alemanha, visando proteger a indústria nacional ainda fraca. Da mesma forma, os produtores de grãos da Prússia forçavam o governo a elevar a taxaço sobre a importação de grãos da Rússia. Em 1886, o envio de grãos proveniente da Rússia chegou a cair a 50% do nível no qual era mantido nos últimos anos.

O chanceler russo, Giers, via que o aumento da tensão no campo econômico dificultaria ainda mais o bom andar das relações russo-teutônicas. Assim, tentava frear as intenções dos pan-eslavos e germanóforos no governo do Czar. Do outro lado, Bismarck passou a jogar com essa flutuação das atitudes russas, fazendo cessar a até então boa vontade com a qual o governo alemão tratava dos assuntos econômicos russos. Dessa forma, o chanceler alemão utilizou-se da pressão econômica-financeira sobre os títulos e moeda russos na bolsa de Berlim, além de chantagem na concessão de futuros empréstimos, para conseguir mínimas reduções da tensão político-militar entre Rússia e Alemanha em meados da década de 1880 (KENNAN, 1985, p. 240-244).

Somado a isso, houve o problema concernente a Alexandre Blattenberg. Alexandre era um príncipe de Hesse-Darmstadt cujo pai havia combatido contra a Prússia na guerra de 1866. Ao fim do Congresso de Berlim, fora escolhido para ocupar o trono da Bulgária, aos 22 anos de idade. Ele não foi a primeira opção nem da Rússia nem da Áustria-Hungria, mas agradou à população local. Entretanto, quando nacionalistas búlgaros na Rumélia repudiaram a autoridade do sultão turco e propuseram unir-se à Bulgária, o príncipe Alexandre apoiou-os. Alemanha, Áustria-Hungria, Rússia e também a Turquia condenaram tal ato, por ser uma quebra do acordo feito no Congresso em 1878, mas Alexandre recusou-se a voltar atrás. Assim, a crise culminou em um sequestro do monarca por conspiradores búlgaros, levando-o a abdicar do trono. Os russos abstiveram-se de ocupar militarmente a Bulgária, evitando desencadear uma guerra, mas o episódio elevou de tal forma o tom entre Habsburgs e Romanovs que a Aliança Tripla não teve mais chances de ser renovada pela segunda vez (PALMER, 1982, p. 231, 232). Dado o empenho russo em tentar controlar a situação através

de seu próprio sangue e armas, Kennan afirma que “em toda a história da diplomacia russa, procura-se em vão por qualquer malogro mais espetacular e mais desgastante para o senso de prestígio russo do que este” (KENNAN, 1985, p. 214).

Por outro lado, a nomeação para ministro da guerra francês de Boulanger levou a mais uma histeria de guerra entre Alemanha e França. O efetivo em tempo de paz do Exército francês já era maior que o alemão, e se somado ao Exército russo - considerando uma eventual aliança entre os dois países -, mesmo a união com os Exércitos áustro-húngaros manteria as forças germânicas em menos da metade que a de seus oponentes. Por conta dessa situação Bismarck adiantou em um ano a apresentação ao *Reichstag* da lei *Septennat*, para aprovar o orçamento para as forças armadas. Quando os deputados não aprovaram o aumento de 10% do tamanho do Exército, Bismarck dissolveu o parlamento e usou a imprensa no alarme de guerra. Assim, mais deputados conservadores foram eleitos nas próximas eleições, vindo a aprovar a nova lei.

Foi nesse contexto que Giers conseguiu convencer o Czar frente aos pan-eslavistas, fazendo-o perceber que a Rússia não tinha a menor condição de travar uma guerra com os alemães sozinha naquele momento e que a posição isolada da Rússia era demasiado perigosa. Sendo impossível fazer um acordo que comportasse os austro-húngaros, foi proposto um entendimento bilateral. Para Bismarck, um acordo em separado ainda era melhor do que apartar-se politicamente dos russos.

Em janeiro de 1887, os irmãos Shuvalov entraram em contato com Bismarck para estabelecer um acordo entre os dois países. O Tratado de Resseguro, finalmente assinado a 18 de junho de 1887, comprometia ambos signatários a neutralidade em qualquer guerra maior, desde que nenhum deles fosse o agressor (no caso de a Rússia atacar a Áustria-Hungria e a Alemanha atacar a França). Além disso, reconhecia a influência preponderante da Rússia na Bulgária e premia pelo apoio alemão frente às reivindicações russas de manterem-se os Estreitos de Bósforo e Dardanelos fechados a navios de guerra estrangeiros em tempo de guerra. Conforme escreveu o chanceler alemão ao Kaiser Guilherme em 28 de julho de 1887:

*Der Haupteffect unseres deutsch-russischen Vertrages bleibt für uns immer der, daß wir drei Jahre hindurch die Zusicherung haben, daß Rußland neutral bleibt, wenn wir von Frankreich angegriffen werden*<sup>22</sup>.  
(BISMARCK, 1989, p.399)

---

<sup>22</sup> O principal efeito de nosso tratado russo-alemão sempre continua para nós que durante três anos nós temos a garantia que a Rússia manter-se-á neutra caso formos atacados pela França.

#### 4.6 Considerações Parciais

Analisando as alianças firmadas pelo chanceler Bismarck com os demais países é claramente possível observar o sucesso que ele obteve em isolar a França. Isso fica muito bem ressaltado no mapa do sistema bismarckiano de alianças, onde forma-se um círculo completo ao redor da França impedindo-a de ligar-se com outra Potência europeia. O mapa inclui também o Acordo do Mediterrâneo, firmado entre Áustria-Hungria, Itália e Grã-Bretanha, visando manter o *status quo* nos mares Mediterrâneo, Egeu, Adriático e Negro. Este acordo não foi protagonizado pelo chanceler alemão, mas sua aprovação foi dada por haver um fortalecimento da Áustria frente a Rússia sem que a Alemanha fosse envolvida diretamente (KENT, 1982, p. 126).

Porém, deve-se fazer a ressalva de que as alianças ali dispostas não perduraram durante todo o tempo contemplado. Ao passo que algumas não foram renovadas, outras surgiram apenas no final do período de mandato de Otto von Bismarck. De qualquer forma, o sistema bismarckiano de alianças foi bem sucedido em superar ou, no mínimo, desviar-se dos conflitos entre as Potências envolvidas, especialmente os Impérios Áustro-Húngaro e Russo com seu crescente atrito na região dos Bálcãs.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho teve por finalidade expor as circunstâncias para a formação do Estado alemão unificado, desde o Congresso de Viena até a construção do sistema de alianças criado pelo chanceler Bismarck, arquiteto da unificação nacional. Podemos concluir que a Europa Central, após as Guerras Napoleônicas, estava em uma situação semelhante após a Guerra dos Trinta Anos. Assim, as Grandes Potências, especialmente Áustria e Prússia, aproveitaram a situação para manter os demais Estados alemães sob sua tutela, dentro da Confederação Germânica.

As revoluções de 1848 serviram para trazer à tona a necessidade de uma reforma da Confederação, à sombra da União Aduaneira. O nacionalismo germânico era cada vez mais latente e serviu, nos anos posteriores, para a Prússia contestar a posição austríaca na Assembléia Federal. Nesse sentido, a figura chave de Otto von Bismarck foi essencial.

Quando Bismarck já havia sido nomeado ministro-presidente da Prússia, coube a ele saber utilizar de forma inteligente a situação que se apresentava para, numa sequência de três guerras, moldar a unificação alemã. É surpreendente o modo como, em menos de uma década, o poder prussiano foi utilizado para forjar a unificação seguindo o modelo prussiano da Pequena Alemanha. O projeto austríaco de Grande Alemanha naquele momento já era virtualmente inviável, dado o declínio do Império dos Habsburgs.

Além disso, conforme as passagens transcritas de cartas e declarações do próprio Bismarck, é possível identificar que, mesmo no original em alemão, sua escrita e sua fala possuíam uma característica peculiar. Ele lidava com as palavras de tal forma, expondo as ideias e pensamentos tão emaranhadamente, que o interlocutor chega a perder-se na sua linha de raciocínio. Não obstante, ela era lógica e fazia sentido. Através desse tipo de linguagem a diplomacia bismarckiana pode, na maioria das vezes, contar com o convencimento da outra parte.

Quando o *Reich* finalmente fora criado, para saciar a busca por poder da Prússia em meio às outras Grandes Potências, foi necessário buscar proteção para esse novo arranjo político. Assim, Bismarck foi atrás de alianças, sempre seguindo uma diplomacia defensiva. Ao contrário do que acreditava-se na época, ele não quis a guerra com nenhum outro país, apenas quis maximizar a segurança alemã frente à necessidade francesa de buscar um aliado. É importante frisar que todos os tratados firmados eram secretos, impedindo que os outros países soubessem se havia ligações das quais não participavam no sistema europeu. Esse fato

tornou possível firmar alianças bilaterais tanto com a Áustria-Hungria quanto com a Rússia, concomitantemente.

Por fim, depende-se que a Alemanha unificada tornou-se um polo de poder muito forte inserido no centro da Europa. Sua força era tamanha que, conforme a premissa de Bismarck, nenhum outro país ousaria atacá-la isoladamente. Mesmo sem desejar confrontar a ordem estabelecida, dado que a busca era unicamente por maximização de segurança, o crescente poderio econômico e militar alemão fez-se sentir no sistema internacional como um todo, e conseqüentemente alterou a ordem vigente até então. Porém, as difíceis relações com a Rússia acabaram minando o sistema bismarckiano de alianças, dado que o Tratado de Resseguro não foi renovado por negação do lado alemão, fato que jamais ocorreria se Bismarck ainda tivesse a situação sob controle. Ou seja, o chanceler soube manter a segurança alemã assegurada enquanto estava em seu cargo, mas não conseguiu transmitir a seus substitutos e gerações futuras a necessidade, sob qualquer hipótese, de evitar uma guerra em duas frentes.

## REFERÊNCIAS

BISMARCK, Otto von. **Dokumente seines Lebens 1815-1898**. Leipzig : Verlag Philipp Reclam, 1989. 479 p.

BISMARCK, Otto von. **Gedanken und Erinnerungen**. Stuttgart : J. E. Gotta'sche Buchhandlung Nachfolger, 1928. 751 p.

DEUTSCH-DÄNISCHER KRIEG. Wikipedia. [s.l.] [2013?]. Disponível em:  
<[http://de.wikipedia.org/wiki/Deutsch-Dänischer\\_Krieg](http://de.wikipedia.org/wiki/Deutsch-Dänischer_Krieg)> Acesso em 28 nov. 2013.

DEUTSCHE BUNDESAKTE. Wien, 1815. Disponível em:  
<<http://www.documentarchiv.de/nzjh/dtba>> Acesso em 27 ago. 2013.

DEUTSCHER BUND. Wikipedia. [s.l.] [2013?]. Disponível em:  
<[http://de.wikipedia.org/wiki/Deutscher\\_Bund](http://de.wikipedia.org/wiki/Deutscher_Bund)> Acesso em 28 nov. 2013.

DEUTSCHER ZOLLVEREIN. Wikipedia. [s.l.] [2013?]. Disponível em:  
<[http://de.wikipedia.org/wiki/Deutscher\\_Zollverein](http://de.wikipedia.org/wiki/Deutscher_Zollverein)> Acesso em 28 nov. 2013.

DEUTSCHES REICH. Wikipedia. [s.l.] [2013?]. Disponível em:  
<[http://de.wikipedia.org/wiki/Deutsches\\_Reich](http://de.wikipedia.org/wiki/Deutsches_Reich)> Acesso em 28 nov. 2013.

DUROSELLE, Jean B. **A Europa de 1815 aos nossos dias**. São Paulo : Livraria Pioneira Editora, 1976. 337 p.

KENNAN, George F.. **O declínio da ordem europeia de Bismarck**. Brasília : Universidade de Brasília, c1985. 486 p.

KENT, George O.. **Bismarck e seu tempo**. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1982. 154 p.

KINDER, H; HILGEMANN, W. **Atlas zur Weltgeschichte**. Zweiter Band. Wemding: Deutscher Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, 1966. 326 p.

KISSINGER, Henry. **A diplomacia das grandes potências**. 2.ed. rev. Rio de Janeiro : F. Alves, : UniverCidade, 1999. 1005 p. : il.

KNOWLES, L. C. A. **O Desenvolvimento Económico durante o Século XIX**. Coimbra : Coimbra Editora, Limitada, 1947. 466 p.

KONGREßPOLEN. In: **DAS DGB-LEXIKON**. Berlin : Deutsche Buch-Gemeinschaft, 1962. v. 2, p. 453.

LUDWIG, Emil. **Bismarck**. Porto Alegre : Livraria do Globo, 1933. 519 p. : il.

NORDDEUTSCHER BUND. Wikipedia, [s.l.] [2013?]. Disponível em: <[http://de.wikipedia.org/wiki/Norddeutscher\\_Bund](http://de.wikipedia.org/wiki/Norddeutscher_Bund)> Acesso em 28 nov. 2013.

PALMER, Alan. **Bismarck**. Brasília : Ed. Universidade de Brasília, 1982. 303 p. : il.

REALPOLITIK. In: **DER GROSSE BROCKHAUS**. Oldenburg: F. A. Brockhaus Wiesbaden, 1956. v. 9, p. 577-578.

STIER, Hans E. **Deutsche Geschichte**. Würzburg : Deutsche Buch-Gemeinschaft, 1958. 1061 p.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevich. **História do mundo contemporâneo: da pax britânica do século XVIII ao choque das civilizações do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2008. 255 p.